

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS EM OLIVEIRA VIANNA E SUA INFLUÊNCIA NA
ORGANIZAÇÃO NACIONAL

Guilherme de Lemos Gomes

Prof.Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Rio Claro (SP)

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

Guilherme de Lemos Gomes

Ideologias Geográficas em Oliveira Vianna e sua Influência na
Organização Nacional

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2017

910.09 Gomes, Guilherme de Lemos
G633i Ideologias geográficas em Oliveira Vianna e sua
influência na organização nacional / Guilherme de Lemos
Gomes. - Rio Claro, 2017
55 f. : il., figs.

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e
Ciências Exatas

Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

1. Geografia - História. 2. Ideologias geográficas. 3.
Pensamento geográfico. 4. Identidade nacional. 5. Oliveira
Vianna. I. Título.

Agradecimentos

À minha mãe, que apesar de todas as dificuldades sempre expressou serenidade nos dizeres “só vai estudar”. Palavras que me incentivaram para que chegasse até este ponto.

Aos meus Irmãos Victor Hugo e Gabriella pelos momentos de descontração, acima de tudo. Entretanto, deixo também meus agradecimentos pelos incentivos e colaboração.

Aos meus Amigos Laura, Ramon, Vinícius, Rodrigo e Pablo, companheiros de labuta. Nunca menospreze o poder do desespero de se fazer o trabalho em cima da hora. Estes foram amigos para todas as horas, especialmente para as zueiras. Todo trabalho árduo foi compensado pela ótima companhia, dos trabalhos de Pitton ao “Chaves” e “Senhora do Destino” em plena época de TCC. Aos meus amigos que também fizeram parte de minha trajetória Universitária, Dourado (João), Bianca, Renato (Obama), Potter (Rodrigo) e Daniel. Deixo a eles meu muito obrigado, pelos debates que me fizeram crescer, pelas conversas alheias e, sobretudo, pela amizade que nunca se fragilizou.

Ao Professor Paulo Godoy, grande orientador e professor. Agradeço pelas conversas e especialmente pela orientação.

Aos meus amigos da UFPEL e a própria instituição, que me proporcionaram os primeiros passos em uma Universidade. Agradeço pelo amadurecimento intelectual e pessoal propiciado pelo ambiente e pelos amigos que em muito me auxiliaram ao longo desta empreitada. À João Pedro, Silvia Rachi e Jorge Menezes.

Agradeço a UNESP, aos professores e funcionários por me oferecerem um curso de qualidade e um ambiente qualificado para o desenvolvimento das atividades curriculares e extracurriculares. Pude ao longo destes cinco anos de graduação progredir muito em termos de conhecimento.

À FAPESP por me possibilitar mais um ano de estudos, com foco na pesquisa, sobretudo.

Resumo

A realização desta pesquisa tem como intuito o entendimento de um grande pensador nacional que de forma direta ou indireta contribuiu para a formação do pensamento geográfico brasileiro. Ainda que a geografia tenha se instalado como ciência acadêmica no Brasil somente na década de 30, é possível identificar em fases anteriores, alguns resquícios da formação do pensamento geográfico brasileiro em cientistas sociais de outras áreas. O Trabalho estuda como o pensamento geográfico de Oliveira Vianna atuou na organização nacional, em que a ideologia geográfica recobriria está análise do pensamento em questão, num campo ideológico-político. Para a compreensão de suas ideias é importante contextualizar ao nível estrutural e superestrutural a conjuntura histórica, partindo da acumulação primitiva de Capital no Brasil até o estabelecimento da ideologia conservadora e autoritária como hegemônica. Esta ideologia teve como propulsores um grupo de intelectuais, próximos ao governo, ao qual pertencia Oliveira Vianna, estes “intérpretes” do Brasil tinham como grande enfoque a questão da identidade nacional. A importação do pensamento geográfico junto a esta ideologia conservadora serviu para criar interpretações da realidade nacional com base geográfica, com a finalidade do fortalecimento construtivo do Estado-Nação de forma centralizada. Neste sentido, não se compromete as leituras de sua visão, pois se considera as tendências culturais da época.

Palavras-chaves: Pensamento Geográfico. Ideologia. Oliveira Vianna. Nacional.

Abstract

The purpose of this research is the understanding of a great national thinker who directly or indirectly contributed to the formation of Brazilian geographic thought. Although geography has established itself as an academic science in Brazil only in the 1930s, it is possible to identify in the previous phases some remnants of the formation of Brazilian geographic thought in social scientists from other areas. The paper studies how the geographic thought of Oliveira Vianna acted in the national organization, in which the geographic ideology would cover this analysis of the thought in question, in an ideological-political field. For the understanding of his ideas it is important to contextualize at the structural and superstructural level the historical conjuncture, starting from the primitive accumulation of Capital in Brazil until the establishment of the conservative and authoritarian ideology as hegemonic. This ideology was propelled by a group of intellectuals, close to the government, to which Oliveira Vianna belonged, these "interpreters" of Brazil had as their main focus the question of national identity. The importation of geographic thought along with this conservative ideology served to create interpretations of the national reality on a geographical basis, with the purpose of constructively strengthening the nation-state centrally. In this sense, he does not compromise the readings of his vision, considering the cultural trends of the time.

Keywords: Geographic Thought. Ideology. Oliveira Vianna. National.

Sumário

Introdução	8
Ideologias e seu caráter geográfico	10
Contexto Histórico/Social.	20
Nacionalismo Autoritário no contexto Histórico	28
Oliveira Vianna	36
Espaço Geográfico Brasileiro no Discurso Ideológico de Oliveira Vianna.....	40
Estado: Interesse “Universal”	46
Considerações Finais	50
Referências	52

Lista de Figuras

Figura 1: Estruturalismo Genético aplicado ao Estudo.....	16
Figura 2: Geografia e conglomerados Ideológicos no Brasil (1890-1930).....	29
Figura 3: Oliveira Vianna	36

Introdução

A emergência do pensamento conservador no Brasil no início do século XX deu-se em um momento de grandes alterações sociais, culturais e políticas, principalmente em um país recém-liberto da escravidão e marcado pelo fim de um sistema monarca. Tal pensamento emerge principalmente numa tentativa de forjar uma identidade nacional, de explicar o que seria este país de grande extensão e grande diversidade, muitas vezes de modo contraditório e autoritário. Os intelectuais, portadores deste pensamento, para dar base geográfica aos seus discursos importam ideias científicas de caráter eurocêntrico, principalmente da geografia alemã.

Dentre os intelectuais conservadores da época, destaca-se Oliveira Vianna, foco deste trabalho, cujas ideias vão influir na organização nacional, principalmente durante a era Vargas, onde assume papel dentro do governo. Portanto se faz necessário analisar a função ideológica específica dos discursos conservadores ensejados por Vianna, relativos à proposição do ordenamento social-territorial, vinculado ao plano político da ensaística autoritária do período. Vale enfatizar que as ideias de cunho geográfico merecem destaque na análise, já que o presente trabalho se propõe a investigar em que medida as ideologias veiculadas, se tornaram geográficas ao exprimirem ideias acerca do espaço e como estas atuaram sobre a organização nacional.

Para se entender o pensamento de Oliveira Vianna é preciso considerá-lo como pertencente a um grupo determinado de pensadores, cujas características passam, necessariamente, pelo conservadorismo e autoritarismo, com o qual tinham como grande enfoque a questão racial e a identidade nacional, como Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Alberto Torres, Azevedo Amaral. Este Grupo de “intérpretes” do Brasil possuía grande importância econômica e política naquele período, o que lhe dava maior sustentação para sua forma de interpretar o Brasil, além do próprio contexto nacional e internacional que favorecia o pensamento político nacionalista. Tal pensamento se embasava em uma corrente cientificista, buscava na ciência positiva o entendimento do Brasil, para então formular possibilidades para a construção da nação.

A questão racial em Oliveira Vianna, apesar de tema central em suas obras, foi amplamente criticada, uma vez que as teorias raciais na década de 30 foram superadas pelo advento das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Junior mais tarde. Para tanto, o projeto não deixa de perpassar a questão racial, por se tratar de um tema central constantemente enfatizada pelo autor em estudo, mas que não se constitui no objetivo central da pesquisa, que seria o projeto político que estava engajado.

A ideologia muitas vezes está relacionada com teorias científicas, que no caso do pensamento conservador brasileiro buscava nas teorias europeias, principalmente do geógrafo alemão Ratzel, argumentos que legitimassem e criassem uma consciência nacional, entendida por Oliveira Vianna como uma das formas de se criar uma unidade e identidade nacional. No que tange a possível influência de Ratzel, pode-se evidenciar duas questões centrais nas obras de Oliveira Vianna, a primeira em relação à integração e ocupação efetiva do território nacional, e a segunda em relação às influências do meio, como evidencia BRESCIANI (2005): “Sempre atento à força modeladora do meio, Oliveira Vianna preocupou-se, em seguida, com a distribuição geográfica das três raças, cuja diversidade e dispersão resultara em tipos étnicos regionais” (BRESCIANI, 2005, p.257).

Nesse contexto, a ideologia conservadora e autoritária associada à importação do pensamento geográfico serviu para criar interpretações da realidade nacional de base geográfica, com a finalidade de fortalecimento construtivo do Estado-nação de forma centralizada. O pensamento de Oliveira Vianna se encontra nesta conjuntura, de construir, de forjar a identidade nacional sob justificativas políticas-culturais com base na ciência positiva.

A partir destas teorias procurou-se explicar o caso do Brasil em termos políticos e científicos. Num desdobramento do positivismo, Oliveira Vianna será influenciado por concepções do darwinismo social inicialmente, e do funcionalismo-culturalista na geografia, numa fase mais adiante de sua carreira política.

Ideologias e seu caráter geográfico

Para o tratamento da temática ideologia, é necessário primeiramente abordar o arcabouço teórico que dê base de interpretação metodológica sobre o assunto, ou seja, a ideologia “tem o seu conteúdo definido no contexto do método que o utiliza” (MORAES, 1988, p.37), pois, é utilizada por variadas correntes metodológica das ciências sociais, provocando enorme polêmica. Diante das divergentes visões acerca da ideologia, mesmo dentro da corrente marxista, este trabalho parte do pressuposto, trazendo principalmente as contribuições de Marx, Lukács e Gramsci, que a ideologia pode ser entendida como um conjunto de ideias veiculadas pelos sujeitos/classes, ao qual podem ganhar maior ou menor relevância na sociedade de acordo com a sua maior ou menor operação dentro desta. Para tanto, a priori é trabalhado a questão conceitual da ideologia, para num momento posterior fazer uma aproximação da geografia, mais precisamente do pensamento geográfico à ideologia, com base em Moraes, num quadro histórico concreto.

Um primeiro ponto a enfatizar sobre Lukács é o entendimento sobre a ontologia do ser social, que “se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta” (LESSA, 2002, p.10). Esta primeira abordagem já expõe a importância da consciência para as transformações do mundo, para a produção da materialidade. Assim, a ideologia em suas obras aparece como um importante componente do ser social, embora, com um teor secundário, já que a ideologia atuaria num sentido do convencimento de outros indivíduos a agirem de determinada maneira. Apesar de sua determinação secundária, sem a ideologia, não se poderia manter e objetivar a teleologia primária que diz respeito ao trabalho e a transformação da natureza. Neste sentido, a esfera econômica, não poderia se desenvolver, sem que a ideologia a acompanhasse.

“[...] desenvolvimento produz os pores teleológicos que visam suscitar um novo comportamento em seus semelhantes e lhes confere importância crescente tanto extensiva como intensivamente, tanto quantitativa como qualitativamente para o processo de produção, para a sociedade como um todo. Basta indicar como, com o desenvolvimento das forças produtivas, crescem constantemente a esfera de validade e a importância do costume, do hábito, da tradição, da educação etc., que sem exceção se baseiam em pores teleológicos desse tipo; basta apontar para a necessidade de que surjam esferas ideológicas próprias para satisfazer essas necessidades da totalidade social.” (LUKÁCS, 2013, p.483-484)

Na perspectiva Lukacsiana, justamente visando entender esta ontologia do ser social, Lukács, destaca que a “ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir.” (LUKÁCS, 2013, p.465).

Além disso, a ideologia em Lukács é vista como um meio de luta social que caracteriza toda sociedade. “Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social” (LUKÁCS, 2013, p.465), portanto, as ideologias, assumem ao longo da história as formas mais díspares e conflitantes entre si. A questão a ser decidida por ela, segundo Lukács, será um “o que fazer?” social.

A ideologia em Lukács, ganha maior sentido de disputa em uma sociedade de classes, passando a ser vista como função social. Neste sentido, as ideologias “pressupõe estruturas sociais, nas quais distintos grupos e interesses antagônicos atuam e almejam impor esses interesses à sociedade como um todo como seu interesse geral.” (LUKÁCS, 2013, p.472). A função social que a ideologia exerce no campo das classes sociais, é bem precisa na assertiva de Lessa, ao analisar esta questão:

A partir do surgimento da luta de classes, a ideologia deve não apenas justificar, tornar razoável, operativa a práxis cotidiana, mas também fazê-lo de modo a atender aos interesses de classe. O ser das classes, e os conflitos entre elas, passam a permear a ideologia; e, ao mesmo tempo, a luta de classes tem na ideologia um de seus momentos mais importantes, já que ela é decidida, em última instância, no momento em que uma sociedade se nega a objetivar determinados valores e ideias em favor de outros valores e finalidades. (LESSA, 2002, p.34)

“Em síntese: o surgimento e a disseminação de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classes.” (LUKÁCS, 2013 p.472). Partindo desses pressupostos, o presente estudo, se utiliza do estruturalismo genético de GOLDMANN, que tem por fundamento esta lógica, cujas ideias expressam não somente o pensamento individual, mas o de uma classe. Neste sentido:

“uma ideia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento. Além disso, acontece frequentemente que o comportamento que permite compreender a obra não é o do autor, mas o de um grupo social e sobretudo, quando se trata de obras importantes, o comportamento de uma classe social”. (GOLDMANN, 1979, p.8)

Até este ponto, fica claro que a ideologia é uma representação da realidade segundo a perspectiva de determinada classe social. Logo, em uma sociedade de classes, os indivíduos se engajam em uma “consciência de classe” que constituirá uma disputa no campo das ideias, é justamente aí que diferentes indivíduos se encontram ligados por projetos políticos comuns. Dessa maneira, é adotada a concepção de “Visão de Mundo” de GOLDMANN, – “sistema de pensamento que, em certas condições, se impõe a um grupo de homens que se encontram em situações econômicas e sociais análogas, isto é, a certas classes sociais” (GOLDMANN, 1979, p.73) - para avaliar as ideias sob esta ótica.

Entretanto, para se atingir a totalidade de análise (tomando um sentido Lukacsiano do princípio da totalidade), é preciso considerar a ideologia ou visão de mundo, dentro de uma realidade social, como um “todo orgânico, estruturado” (LÖWY, 2002, p.16), na qual não é possível de se entender um único aspecto, sem fazer a relação com o conjunto. Este conjunto de que não se pode depreender diz respeito à vida social, ao conjunto histórico, aos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Dessa forma, um dos fundamentos metodológicos do estudo está assentado na influência que a vida social tem sobre a consciência, num sentido marxista, de que “a vida determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1999, p.22). Pode-se destacar o desenvolvimento das relações sociais e principalmente da evolução da produção material, enfim, da realidade existente, que afeta da mesma maneira, o pensamento dos homens pertencentes a ela. Nesta perspectiva, o pensamento assume uma manifestação histórica, própria de seu tempo e de sua sociedade. “Estas premissas são os homens, apreendidos no seu processo de desenvolvimento real em condições determinadas” (MARX; ENGELS, 1999, p.22).

Para MARX e ENGELS em a Ideologia Alemã, a ideologia é vista como ilusão, falsa consciência, capaz de subverter o real e mascarar as contradições sociais de forma a legitimar as relações de dominação. É interessante assinalar, que é no Estado, que Marx reconhece a forma mais ilusória, já que em sua concepção não existe ideias coletivas, mas de classes, – advinda da divisão do trabalho - cabendo justamente ao Estado uma intervenção Prática através do interesse “universal”. Esta universalidade corresponderia a uma forma ilusória da coletividade.

Conseqüentemente, a conquista do poder político implicaria em apresentar o interesse próprio, como sendo o interesse “universal”.

Daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito do voto, etc. , etc. , são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes sociais. Depreende-se igualmente que toda a classe que aspira ao domínio, mesmo que seu domínio determine a abolição de todas as antigas formas sociais da dominação em geral, como acontece com o proletariado, deve antes de tudo conquistar o poder político para conseguir apresentar o seu interesse próprio como sendo o interesse universal. (MARX; ENGELS, 1999, p.39)

A esfera política aqui emerge, sob a forma de Estado, como um elemento importante para a conquista ideológica. A assimilação de uma ideologia dentro do Estado manifestaria assim, as diretrizes do “o que fazer social” de Lukács, os interesses antagônicos, agora, passam a ser um interesse de todos, cumprindo um papel de convencimento e legitimação. Estas premissas são fundamentais para o diálogo com o conceito de hegemonia de Gramsci. Autor que não poderia faltar na análise, pois, mais que Lukács, (embora ambos apontem para a importância do “teorizar sobre a situação histórica co-concreta” (MORAES, 1988, p.64), Lukács se preocupa mais com a questão filosófica, teórico-metodológico, enquanto Gramsci visa orientar as práticas políticas) coloca a questão da ideologia num quadro histórico concreto.

Seus estudos visam entender a ascensão do fascismo na Itália, neste tocante, o estudo deste autor pode dar grande contribuição filosófica interpretativa, justamente pela riqueza em focar nas características nacionais de desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes, na qual destaca a necessidade da análise específica de cada nação. Este teorizar dos “quadros nacionais” atribui um importante ponto para este estudo, já que o mesmo tem como preocupação, apreender a relação geografia-ideologia em um quadro histórico-concreto.

Além disso, a análise de Gramsci explica o caso italiano, da divisão da Itália segundo as atividades econômicas fundamentais, em um norte industrializado e um sul com predomínio das atividades agrícolas, e quais as implicações no conjunto superestrutural político ideológico. Este é um dos aspectos mais essenciais do seu conceito de bloco histórico. Para se formar um bloco histórico é necessário que a estrutura (economia) e a superestrutura (política) estejam ligadas organicamente. Para tanto, qualquer ideologia orgânica deve ser necessária à estrutura, devem

organizar e dirigir os diferentes grupos sociais de acordo com as condições socioeconômicas.

“Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes sociais que dependem diretamente da relação com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais.” (PORTELLI, 1983 p.15)

Esta camada diferenciada, referentes aos intelectuais, corresponderia aos “funcionários da superestrutura”, com o qual criam um vínculo orgânico com a classe fundamental no plano econômico. Nesta perspectiva, Os “pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes [...] A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual.” (MARX; ENGELS, 1846, p.62). Por este viés de Marx, Gramsci mostra que conforme as funções econômicas e sociais da burguesia se desenvolveram, foi necessário confiar a um “grupo especializado”, por vezes burgueses ou oriundos de classes aliadas (Gramsci se refere à pequena e média burguesia), a organização da superestrutura ideológica, jurídica e política.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (GRAMSCI, 1982, p.3)

A formação do intelectual, portanto, está ligada ao mundo da produção. Todavia, este movimento de formação dos intelectuais é dotado de antagonismo, pois, cada grupo social oriundo de uma “função essencial no mundo da produção econômica” cria para si uma camada de intelectuais. Tomando como exemplo, um país qualquer que tem no mundo da produção mais de uma atividade econômica fundamental, a tendência seria a disputa pelos diferentes grupos sociais, nascidos destes terrenos econômicos, no plano superestrutural pela hegemonia. Os apontamentos de Marx e Engels acerca da divisão do trabalho e seu desenvolvimento merecem destaque, pois é a partir dela que se encontram os grupos sociais e os interesses antagônicos.

A divisão do trabalho numa nação obriga em primeiro lugar à separação entre o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola; e, como consequência, à separação entre a cidade e o campo e à oposição dos seus interesses. O seu desenvolvimento ulterior conduz à separação do trabalho comercial e do trabalho industrial. Simultaneamente, e devido à

divisão de trabalho no interior dos diferentes ramos, assiste-se ao desenvolvimento de diversas subdivisões entre os indivíduos que cooperam em trabalhos determinados. A posição de quaisquer destas subdivisões particulares relativamente às outras é condicionada pelo modo de exploração do trabalho agrícola, industrial e comercial (patriarcado, escravatura, ordens e classes). (MARX; ENGELS, 1999, p.13)

Neste sentido cabe evidenciar que a conquista e assimilação ideológica são tão mais eficazes, “quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 1982, p.9), ao passo que consegue atrair outros grupos sociais pelas ideologias, em um sentido de se estabelecer alianças. Este movimento de atração ideológica se estende até o ponto de mobilizar (ou desmobilizar) a maioria da população ou a sociedade civil através do convencimento para o exercício da hegemonia. O coroamento da conquista da hegemonia se daria pela tomada da sociedade política, ou Estado. E isto resultaria no fechamento de um bloco histórico. Assim, o exercício da hegemonia é colocado na relação de duas esferas superestruturais, a sociedade civil e a sociedade política, que não se dissocia da estrutura por aquele vínculo orgânico.

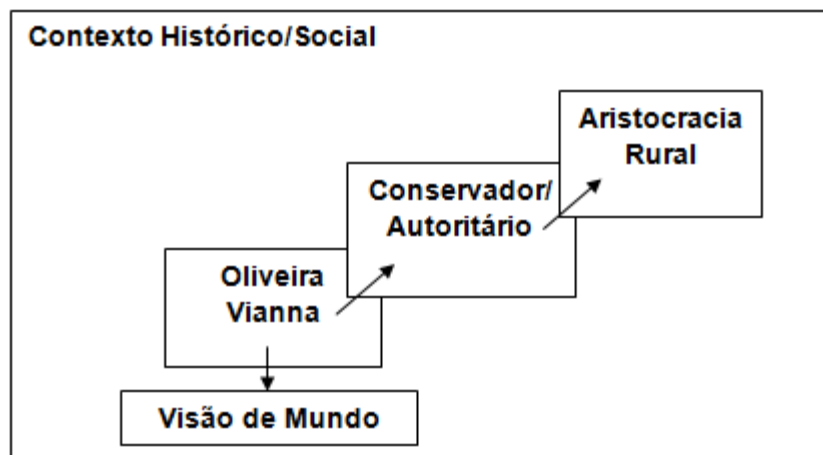
Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1982, p.11)

Assim, atribui aos intelectuais, uma importante função na organização das massas populares ou das vontades coletivas, pois, para um governo se manter é necessária uma base de consenso, conseguido através do convencimento. Atribui também importância aos aparatos de coerção, para o mantimento do poder. Por isso, para Gramsci, a hegemonia pode implicar ditadura, mas também direção moral da sociedade, logo, ela é a “conquista do poder com uma base de legitimação” (MORAES, 1988, p.66).

Dentro do que já foi apresentado, das ideias de Marx e Engels, Lukács, Gramsci, e do estruturalismo genético de GOLDMANN como método, cabe agora aplicar ao estudo. Assim, Oliveira Vianna, é um autor que se vincula organicamente a aristocracia rural, e que segue uma linha de pensamento conservador oposta a

linha progressista. A figura 1 mostra esta estrutura, a visão de mundo atrelada a uma classe social, ao qual o indivíduo pertence ou se identifica. Vale ressaltar que Oliveira Vianna e outros intelectuais da época, eram funcionários públicos, próximos ao governo. Dentro daquelas ideias de Gramsci, da burguesia confiar a um grupo especializado (intelectual orgânico) as normatizações políticas e jurídicas de amparo a um determinado grupo econômico, coloca Oliveira Vianna nesta posição de intelectual, representante da aristocracia Rural. Além de exercer as funções organizativas e conectivas das classes sociais, tentando sempre concilia-las.

Figura 1: Estruturalismo Genético aplicado ao Estudo



Elaboração: Guilherme de Lemos Gomes

Além disso, os ideais não estão apenas ligados a um grupo social, mas também a uma conjuntura histórica, que será explanada no capítulo seguinte. Um país de capitalismo tardio, com o ciclo do café em declínio, uma massa de proletariado em formação, conjuntamente com uma urbanização e industrialização crescente. Os conflitos sociais neste contexto são múltiplos, e na perspectiva de Lukács, cabe a função ideológica, dar conta destes conflitos.

A partir do que foi explanado, cabe indagar a relação da Geografia com as ideologias, em como o plano das ideias, da consciência, pode influenciar nas formas espaciais, de como o espaço pode vir a ser estruturado e organizado mediante o universo da cultura e da política ao qual se vincula o plano ideológico. Para se entender as formas espaciais é necessário buscar na história e mais ainda nos sujeitos pertencentes aquela realidade toda a forma de consciência do espaço, torna-se importante o entendimento do discurso que permeia dada realidade, pois a

construção da materialidade do espaço se dá a partir das construções teóricas, das “representações” dessa materialidade, como destaca Moraes:

As formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias. (MORAES, 1988, p.16)

Nesta perspectiva, retomando as ideias da Ontologia do ser social de Lúkacs, pode-se dizer que o espaço teria fundamentos ontológicos, já que a sua produção seria “conscientemente orientada, teleologicamente posta”. Num mesmo sentido de que na história “nada ocorre sem intenção consciente, sem fim desejado” (ENGELS, apud LÚKACS, 2003, p.134), o espaço, enquanto dimensão sócio-histórica, que expressa em cada momento da história as relações sociais que o produziram, teria grande validade para expor os processos teleológicos, as concepções do espaço, enfim, as visões de mundo dos sujeitos produtores do espaço. A própria definição de espaço geográfico abre um campo fértil para compreender sua dinâmica histórica e social.

Espaço é história, estatuto epistemológico sobre o qual a geografia deve erigir-se como ciência. E tal noção reside na mera constatação de que a história desenrola-se no espaço geográfico, mas, antes de tudo, de que o espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e da estrutura de controle da sociedade. (MOREIRA, 2015, p.62)

Assim, o espaço é analisado numa perspectiva histórica, pautado nas ideias de Moraes e Ruy Moreira, que partem do pressuposto que espaço e Tempo são dimensões sócio-históricas constituídas dialeticamente no interior da estrutura social. Esta definição traz para discussão, que o mesmo expressa uma historicidade do desenvolvimento humano, na qual o complexo das relações sociais incide sobre a produção espacial, e, por conseguinte, exprimem as mais diversas organizações sociais. Por essas determinações, serão as práxis humanas que organizarão o espaço geográfico.

É sabido que as manifestações da consciência se dão no âmbito das relações sociais e materiais, naquele sentido de que a “vida determina a consciência”, logo, os processos das construções mentais dos sujeitos têm fortes limitações pela sociedade que os cerca. Nisto, reside um significativo aspecto cultural, já que na história e nos diferentes grupos sociais, a consciência vai assumir particularidades

da cultura destes distintos grupos. Nesta perspectiva, “a paisagem humana é o resultado de uma dialética entre matéria e ideia.” (MORAES, 1988, p.22). Voltando novamente para Lukács, a transformação do espaço (Natureza) seria um produto do trabalho que relaciona teleologia e causalidade (causa e efeito), sendo assim, as ideias não permanecem só ideias, mas materializações advindas delas.

Por isso, as formas espaciais manifestam interesses e projetos da sociedade, que não necessariamente passam pelas questões econômicas e das classes sociais, embora para este trabalho esta questão se constitua em uma das centralidades. As ideias aqui ganham importância a medida que as projeções mentais dos sujeitos sobre o espaço vão se materializando. Estas constantes materializações ao mesmo tempo, que se desenrolam, provocam novas concepções e assim uma nova construção. Isto é, “a paisagem é ao mesmo tempo um resultado e o alimento dos projetos de produção do espaço” (MORAES, 1988, p.23).

Destas últimas questões levantadas, cristaliza-se o principal deste trabalho, o espaço enquanto representação, projetos e interpretações, que não se dissocia das manifestações da consciência, enquanto limitada histórica e socialmente. A consciência do espaço nestas condições, e enquanto capaz de produção e transformação do espaço através dos discursos que emergem de contextos culturais e políticos específicos ganham a maior atenção deste trabalho. Esta consciência do espaço, resgatando o que já foi visto, teria no ser das classes, no ser político, leituras diversas cuja fundamentação ontológica reside na produção conscientemente orientada. A estas diversas concepções sobre o espaço, segundo MORAES (1988) poder-se ia chamar de Pensamentos Geográficos.

Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio e das relações com ele estabelecidos. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. (MORAES, 1988, p.32)

O pensamento geográfico se insere no fenômeno da ideologia à medida que este se encontra circunscrito nas tensões e antagonismo das relações sociais. No que foi visto em Marx, não existe consciência coletiva, neste sentido, o pensamento geográfico que não está fora do âmbito da consciência, não expressa o pensamento coletivo. A eficácia dos discursos políticos acerca do território, por isso, são

expressivas e marcadas pelo embate do ser da classe social, que tem na ideologia, o enfrentamento decisivo para “o que fazer”, tendo o território, ou espaço, a centralidade do ser social. A ideologia assume um caráter geográfico na medida em que as ideações assumem um pensamento e/ou discurso geográfico e passam a influir sobre o território, difundindo ideias acerca do espaço, gerando uma “autoconsciência do território”. Quando assume tal papel, segundo Moraes, as ideologias tornam-se geográficas.

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. (MORAES, 1988, p.44)

A abertura de um debate por essas premissas são enormes, traz para a geografia aquelas questões de Marx, quanto ao papel do Estado de alçar à sociedade a ideia “universal” e a geografia por isso aparece na máxima de “ideologia de Estado”, para estruturação e organização territorial de acordo com o grupo social que o tenha conquistado. Da mesma maneira que serviu aos Estados Modernos Europeus, – com um melhor exemplo da Prússia, com as ideias de Ratzel exercendo forte papel ideológico para o Estado - para a expansão do capitalismo, serviu também para os interesses do Brasil Império, da antiga República e mais ainda para o período ulterior para conhecimento e planejamento de um território pouco explorado.

As ideologias geográficas recobriam segundo Moraes três modalidades. A primeira referente ao caráter de uma dada área, ou aptidão de determinados lugares. O segundo relativo ao determinismo geográfico. Por fim, o terceiro relativo aos projetos de ordenamento do território.

O discurso que veicula uma visão do espaço, do território, do lugar etc. [...] O discurso que tenta colocar as questões sociais como qualidades do espaço [...] O discurso diretamente normativo a respeito do espaço em variadas escalas. Os planos e projetos que visam ordena-lo, destruí-lo, reconstruí-lo etc. (MORAES, 1988, p.44-45)

Além destas três modalidades, Moraes, ainda destaca que em um nível de maior detalhe, as elaborações políticas, acerca da temática espacial, constitui matéria das ideologias geográficas. “Captar seus contextos de formulação, suas difusões e condições de assimilação, os agentes desse movimento e seus

interesses, seria a meta dos estudos” (MORAES, 1988, p.45). Neste último ponto, consiste o núcleo do trabalho. Uma aproximação com os estudos de Gramsci traz para esta temática, uma análise estruturada rica. O território enquanto pano de fundo de um bloco histórico, cujo exercício da hegemonia de determinado pensamento geográfico, em cada um dos períodos históricos impôs grandes transformações ao território de acordo com a eficácia dos discursos ideológico-políticos que operaram no quadro nacional.

Em uma abordagem mais filosófica, pode-se dizer que o território brasileiro apresentou de forma marcante o espírito da dialética de que nada é eterno, absoluto, expresso segundo LOWY (2002) no demônio de Goethe, “Eu sou o espírito que sempre nega, e isto com razão, pois tudo que existe merece acabar”. O espaço nacional brasileiro apresentou este espírito, de sucessivas construções, destruição e reconstrução pelos mais diversos ciclos econômicos e com o advento da modernidade, mais transformações.

O presente estudo se limita a uma fatia de toda a história do espaço nacional brasileiro, que compreende entre os anos de 1920-1945, para dar conta de toda complexidade envolvida, já que em cada momento histórico há que se verificar as várias faces que integram a construção do espaço. O período em questão é marcado pela introdução de ideias geográficas modernas num “contexto de acirrado debate sobre a natureza do ambiente social, institucional e físico do país” (MACHADO, 2012, p.1). A produção do pensamento geográfico, neste sentido, é trabalhada em nexos com a formação territorial, social, econômica, política e cultural. Mais delimitado que isso, o foco são as ideologias geográficas em Oliveira Vianna e sua influência na organização nacional que também não se depreende destes aspectos.

Contexto Histórico/Social.

Este capítulo trata do contexto histórico e foi elaborado tendo como base principalmente alguns livros da coleção Corpo e Alma do Brasil, dentre as obras utilizadas se sobressai: Trabalho Urbano e conflito Social (FAUSTO, 1977); A

Industrialização de São Paulo (DEAN, 1971); Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945) Estado e Cultura no Brasil (MICELI, 1979). Além de outras obras que também analisam o contexto histórico de interesse do estudo. Nesta parte do trabalho, ao mesmo tempo em que são trabalhados os fatos históricos, são trazidos também elementos conceituais do capítulo anterior para engrandecer a análise do estudo.

O contexto histórico dentro daquele esquema do “Estruturalismo Genético” (Esquema1) se constitui em um dos pontos determinantes para o entendimento da visão de mundo dos sujeitos pertencentes à dada realidade, ao surgimento de determinadas ideologias que tentam dar conta dos conflitos sociais da época.

Em sua famosa exposição do materialismo histórico, Engels parte do princípio de que, embora a essência da história consista no fato de que “nada ocorre sem intenção consciente, sem fim desejado”, é preciso ir além disso para compreender a história. Por um lado, porque “as numerosas vontades individuais que operam na história produzem, na maior parte do tempo, resultados completamente diferentes daqueles desejados – frequentemente até opostos – e, por conseguinte, seus motivos tem igualmente uma importância apenas secundária para o resultado do conjunto. Por outro, restaria saber quais forças motrizes se escondem, por sua vez, atrás desses motivos, quais são as causas históricas que, agindo na mente dos sujeitos agentes, transformam-se em tais motivos...são essas próprias forças motrizes que devem ser definidas, a saber, as forças que “põem em movimento povos inteiros e, em cada povo, por sua vez, classes inteiras; e isso...acaba criando uma ação durável e que resulta numa grande transformação histórica”. (LUKÁCS, 2003, p.134)

Lukács, em seu livro História e Consciência de Classe, traz para discussão que a partir da consciência de classe, principalmente daquelas classes que tendem ao domínio, a história passa a ser operada de modo consciente. Trata-se de ver em que medida uma classe está em condições de se conscientizar de suas ações para conquistar e organizar a sua posição como dominante. Os estágios de desenvolvimento social e econômico marcam então, profundamente o modo que a história é operada. Neste sentido o desenvolvimento do capitalismo, que tende a criar uma estratificação social em classes, cria ao mesmo tempo um “antagonismo dialético”. De um lado o afloramento mais “puro” da luta de classes – Burguesia x Proletariado. De outro, com a consciência de classe da burguesia a necessidade de “acionar todos os meios, teóricos e práticos, para fazer desaparecer da consciência social, o fato da luta de classes” (LUKÁCS, 2003, p.85).

Aqui aparece um aspecto importante do desenvolvimento histórico do capital, que será analisado e o ponto de partida do trabalho no caso brasileiro. Neste sentido, é necessário retornar um pouco na história, antes mesmo do período de maior interesse (1920-1945). É preciso a priori analisar o comércio de café, pois é a partir deste ciclo econômico que ocorrerão grandes mudanças, excepcionalmente por permitir a tal da acumulação primitiva de capital que fala Marx, uma “acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida” (MARX, 2011, p.827).

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho [...] O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. (MARX, 2011, p.828)

Os estímulos externos de um aumento da demanda pelo café, principalmente pelos Estados Unidos e Europa, fomentou o surto de grandes plantações de café pelo interior do Estado de SP. Além disso, alguns fatores internos também corroboraram para que o comércio de café fosse estimulado, como pela proclamação da primeira república, que tinha uma estrutura econômica e política descentralizada. Tal estrutura permitiu ao governo do Estado de SP estimular o comércio sem problemas e reter no Estado o lucro derivado dele.

O resultado econômico disto foi evidente, segundo DEAN (1971) os embarques de café do porto de Santos, mais que dobraram a cada década depois de 1870. Em 1892, Santos exportou 40 milhões de dólares de café; em 1912, suas exportações totalizavam 170 milhões. O crescimento populacional também acompanhou este surto, passando de 837.000hab. em 1872 para quase 4.000.000hab. ao estourar a primeira guerra mundial.

O comércio do café possibilitou a inserção de uma economia monetária. Em todo o Brasil nas décadas de 1870 e 1880, o dinheiro que circulava, oscilava entre sete a quinze dólares. Os lavradores encontraram no mercado de café quem pagasse em dinheiro seus produtos, o que gerou o aumento do volume do mesmo em circulação e do crédito bancário. Este fato associado a abolição da escravatura, e a imigração europeia para o Brasil, vai gerar as primeiras massas de assalariados do Brasil, difundindo o uso do dinheiro entre as massas de trabalhadores.

Entretanto, essa difusão só se deu nas áreas em que vigoravam o sistema de produção e exportação, nas demais áreas do país o trabalho era exercido por meeiros recém-libertos e não pagos.

Este é um dos fatores da acumulação primitiva do capital, a conversão em assalariados dos produtores diretos. O outro elemento, diz respeito a expropriação de terra e do meio de subsistência do trabalhador. Neste segundo aspecto da acumulação primitiva, pode-se destacar que as terras neste período já se encontravam altamente concentrada, mas que havia classes mais modestas de proprietários, entretanto estes tendiam a serem expulsos. Isto, porque o café exigia segundo DEAN (1971), capital, influência para comprar escravos, atrair a estrada de ferro, obter crédito e validar os direitos sobre as terras. Sem esses recursos esta classe era forçada a ocupar novas terras e começar de novo ou aceitarem serviços nas fazendas. Antes mesmo da inserção de grandes quantias de dinheiro, a própria lei de terras de 1850, foi um marco na geração da expropriação de terras ao transforma-la em mercadoria e manter as antigas terras concedidas pela coroa nas mãos de algumas famílias. Foi um meio que a Oligarquia encontrou para resolver o problema da grande extensão territorial, e garantir que o trabalhador livre não tivesse acesso a terra e aos meios de subsistência ao transformar a terra em mercadoria.

Outra influência da assimilação de uma economia monetária no país, foi que a terra adquiriu valor monetário, podia neste contexto ser vendida para a obtenção de capital. O surgimento de novos bancos merece ênfase pela geração de crédito para financiar os projetos dos fazendeiros. Estes passam a se interessar mais pelos aspectos comerciais e financeiros de seus negócios e com isso viviam com maior frequência nas cidades. Este aspecto é importantíssimo, pois, a burguesia urbana que vai surgir neste cenário é uma burguesia de origem rural. Portanto, a aristocracia rural criou vínculos ao mesmo tempo ao mundo urbano e rural. Não por acaso, grandes investimentos foram feitos pelos fazendeiros de café para os setores urbanos que passam a ter uma demanda por novos serviços.

Além disso, o ciclo do café também foi responsável pela geração inicial e subsequente de uma industrialização, pela inserção da economia monetária. Primeiramente porque as atividades voltadas para a produção de subsistência, como

os tecidos e outros artifícios, eram produzidas dentro das fazendas pelos escravos. DEAN (1971) destaca que as únicas coisas que os fazendeiros necessitavam do mundo exterior eram pólvora e sal. Com o dinheiro, os senhores da grande propriedade rural passa a ter poder de compra para desestimular estas atividades, e focar somente nas plantações de café. Como resultado teve-se a instalação de umas poucas fábricas inicialmente, já que durante um período a importação supriu o mercado nacional, mas que acabou por ser substituída pela manufatura nacional posteriormente, a partir da década de 20, e se consolidando em 30 devido à crise de 29.

O avanço do comércio de café além de gerar essas primeiras procuras pela produção industrial, “custeou também grande parte das despesas gerais, econômicas e sociais necessárias a tornar proveitosa a manufatura nacional” (DEAN, 1971, p.14). Dentre os principais investimentos para este setor advindo do café, destaca-se a construção das estradas de ferro, elemento essencial para os primórdios da indústria, assim como o porto de Santos. Além desses empreendimentos voltados para a indústria, os fazendeiros paulistas investiram também em empreendimentos de ordem urbana, como o fornecimento de energia elétrica que também veio a servir a indústria pela substituição de maquinarias a vapor por máquinas dependentes do sistema elétrico. A própria mão de obra não só da imigração, gerada pelo café, de um crescente quadro de técnicos contratados da Europa para a construção da ferrovia ou treinados para os novos institutos de nível superior de São Paulo serviu para abastecer o quadro de funcionários das indústrias.

De mais a mais, a industrialização não contava com o apoio de uma ideologia operacional de desenvolvimento que parece ser, tão amiúde, uma força motivadora de crescimento em áreas não desenvolvidas e que era, inegavelmente, uma força estimulante da expansão do setor agrícola. Considerava-se a difusão da cultura cafeeira intrinsecamente vantajosa, chave do progresso material, e em seu favor se mobilizou o eficaz apoio do Estado. (DEAN, 1971, p.17)

Embora a indústria tenha dependido do surto do café para se desenvolver, ela dependeu cada vez menos da economia cafeeira depois da década de 30. Neste sentido, os industriais são tratados primeiramente como uma burguesia que nasce pela nova demanda da burguesia já existente (agrária) e depois como um grupo autônomo à aquela burguesia, que passa a fazer suas próprias exigências e entra

em conflito com outros setores econômicos. Assim, aparecem dois momentos distintos da indústria brasileira. No primeiro momento, em que o comércio de café é tão mais importante que qualquer outra produção, na qual as políticas se voltam para este comércio, de forma descentralizada, fazendo com que a região sul e principalmente São Paulo concentre o poder econômico e político do país. Em um segundo momento, de crise desse sistema cafeeiro pela diminuição das exportações, de uma indústria que vinha ganhando espaço e, portanto, maior relevância como grupo social, que acaba por sofrer com os efeitos da 1ª guerra mundial e de sucessivas frentes operárias.

Concomitantemente a este processo, tem-se também a formação do proletariado, não somente no setor urbano-industrial, mas também no campo. Diversas manifestações eclodiram a partir da década de 1910, como por exemplo, as greves gerais de 1907, 1913 e 1917. Os ideais anarquistas e comunistas difundidos no Brasil (região sul-sudeste), principalmente pelos imigrantes europeus, influenciaram muito nos movimentos do proletariado da época. Segundo FAUSTO (1972), os anos entre 1917 e 1920 marcam o auge do movimento anarquista no Brasil, quando eclodem duas grandes greves no Rio de Janeiro e em São Paulo. As péssimas condições de trabalho aliado aos baixos salários constituem um primeiro fator dos movimentos.

Em 1920, o industrial paulista médio recebia cerca de quatro mil-réis (sessenta centavos de dólar) por dia e, para ganhá-los, trabalhava dez horas ou mais, durante seis dias por semana. As mulheres representavam cerca de um terço da força de trabalho, e havia muitas crianças; é possível que a metade de todos os operários fosse menor de 18 anos e quase 8% eram menores de 14. Como quatro mil réis mal davam para comprar meio quilo de arroz, de macarrão, de banha, de açúcar e de café, não admira que famílias inteiras fossem trabalhar, muito embora às mulheres e as crianças se pagasse menos por tarefas equivalentes. O orçamento para uma família de sete pessoas, publicado por um órgão do governo no Rio de Janeiro em 1919 destinava, só para alimentos, quatro vezes o que recebia o trabalhador médio em São Paulo. (DEAN, 1971, p.163)

A inserção do trabalho assalariado no Brasil possibilitou grande acumulação de capital e concentração. Um país que não tinha leis trabalhistas e que insere este novo tipo de relação, tendeu a criar péssimas condições de trabalho e baixos salários. Esta superexploração do trabalho gerou enorme divisas para os industriais, para que continuassem a expansão dos mesmos. A exemplo de um dos grandes empresários da época, Matarazzo, afirmou para onde ia a maior parte de seus lucros:

Os lucros fabulosos de que tanto se fala, são, com exceção das despesas estritamente necessárias [...] totalmente aplicados na realização do meu ideal [...] a preocupação de enriquecer nunca foi o escopo de nenhum ato de minha vida. Sempre considerei a riqueza como meio de atingir um ideal: ampliar, ampliar o máximo possível, o organismo industrial, já vasto, ao qual liguei meu nome; [...] intensificar todos os meus esforços no sentido de tornar mais eficiente a contribuição, que a mim mesmo me impus como dever, para a emancipação industrial no país". (MATARAZZO, apud DEAN, 1971, p.181)

O cenário não é dos melhores quando se olha para o Brasil, fora da região sudeste, um país ainda agrícola, que em muito não desenvolveu relações assalariadas de trabalho, que mantinha no coronelismo, uma relação de favores. Como destaca Moraes, "estes mecanismos, veiculando uma igualdade formal dos "livres", revelou-se um eficaz meio de subordinação das camadas populares não escravas (o "branco pobre", o mulato, e em menor grau o negro liberto)" (MORAES, 1988, p.100).

A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil se deu de modo conservador, mantendo as desigualdades. O pobre em geral, e o negro especificamente, mesmo após o fim da escravidão, são desprovido dos meios de produção e subsistência e continuam marginalizados na estrutura econômica e social. A imigração europeia tão defendida, por uma série de intelectuais da época, não somente para composição da mão de obra cafeeira, mas para o branqueamento da população sob o prisma de teorias raciais, concorreu para que se mantivesse um marginalismo. "É a transição da casa grande e senzala para os sobrados e mucambos, em analogia as obras de Gilberto Freyre" (SILVA, 2013, p.14).

No Brasil, a grande massa de assalariados foi formada pelos imigrantes durante o fim do século XIX e começo do século XX, e em parcelas menores pelos pequenos proprietários de terras expropriados. Paralelamente, a população negra empobrecida, vai formar um excedente de mão de obra, nas palavras de Florestan Fernandes, constituíram "um verdadeiro exército de reserva" (FERNANDES, 1978, p.17), onde havia maior produção e crescimento econômico, "concorrendo" com a mão de obra nacional e imigrante.

Em primeiro lugar, é necessário ter clara a determinação da via colonial de desenvolvimento do capitalismo. Trata-se de um país criado como uma economia complementar, tendo a subordinação e a dependência como critério estruturador da sociedade [...] O escravismo imprime a desigualdade e a excludência como regras básicas do convívio social. (MORAES, 1988, p.97)

A conjuntura internacional também é de grande relevância, até por se tratar de um país de capitalismo tardio, que se insere na teoria do subdesenvolvimento e dependência de Celso Furtado. A característica principal das economias subdesenvolvidas, frutos da expansão capitalista europeia é a existência de uma deformação estrutural, que resulta em grandes desequilíbrios sociais, políticos e econômicos. Cria-se uma estrutura “híbrida”, cuja uma das partes tende a se portar como capitalista e outra a se manter na estrutura preexistente. O território Brasileiro apresenta nitidamente esta cisão, da modernização das estruturas urbanas e do modo de produção de uma área, enquanto outras se encontram assentadas no coronelismo (oligarquias locais/clientelismo), um modelo preexistente. O conceito de “modernização conservadora” de Barrington-Moore Jr cabe bem a este exemplo.

A primeira guerra mundial (1914-1918) causou alguns impactos na economia brasileira. Os efeitos dela se fazem sensíveis em dois momentos: um, de imediato, com a desorganização do comércio internacional, gerando uma diminuição nas exportações brasileiras, que até o momento eram de grande importância para desenvolvimento das atividades industriais e urbanas. Com efeitos da guerra se estendendo até as camadas mais baixas dos proletariados e desempregados, pelo aumento da inflação e a escassez de alimento. O segundo momento se refere ao pós-guerra, que ao contrário desta fase de recessão, causou uma intensificação não somente das exportações, mas também da diversificação produtiva do setor industrial, entrando em colapso com a crise de 29.

É neste contexto, de inúmeros problemas sociais, econômicos e políticos, um momento histórico conturbado, com muitas transformações, imposta pela violência do capitalismo tardio, com destaque para o processo de urbanização, da transição de uma sociedade tradicional pré-capitalista para uma “moderna”, da formação do proletariado e do processo de industrialização que se encontra o cerne da história para o desenvolvimento do nacionalismo autoritário e do pensamento de Oliveira Vianna. Aquela ideia de Lukács trabalhada no início do capítulo anterior sobre como o desenvolvimento produz novos pores teleológicos, parece dar conta de explicar este processo.

Assim, entramos no período de maior relevância para os estudos: de 1920 a 1945. Esta fase é marcada por grandes transformações no campo social, político e

econômico causado pelas determinantes do avanço do capitalismo. No campo social, tem-se a consolidação da classe operária e de uma fração de empresários, há também uma expansão das profissões de nível superior, de técnicos especializados e de pessoal administrativo nos setores públicos e privada. No campo político, as principais transformações são as revoltas militares, o declínio político da oligarquia agrária e a expansão do aparelho de Estado. No aspecto econômico, destaca-se a crise do setor agrícola voltado para exportação, aceleração dos processos de urbanização e industrialização e a crescente intervenção do Estado em setores chaves da economia.

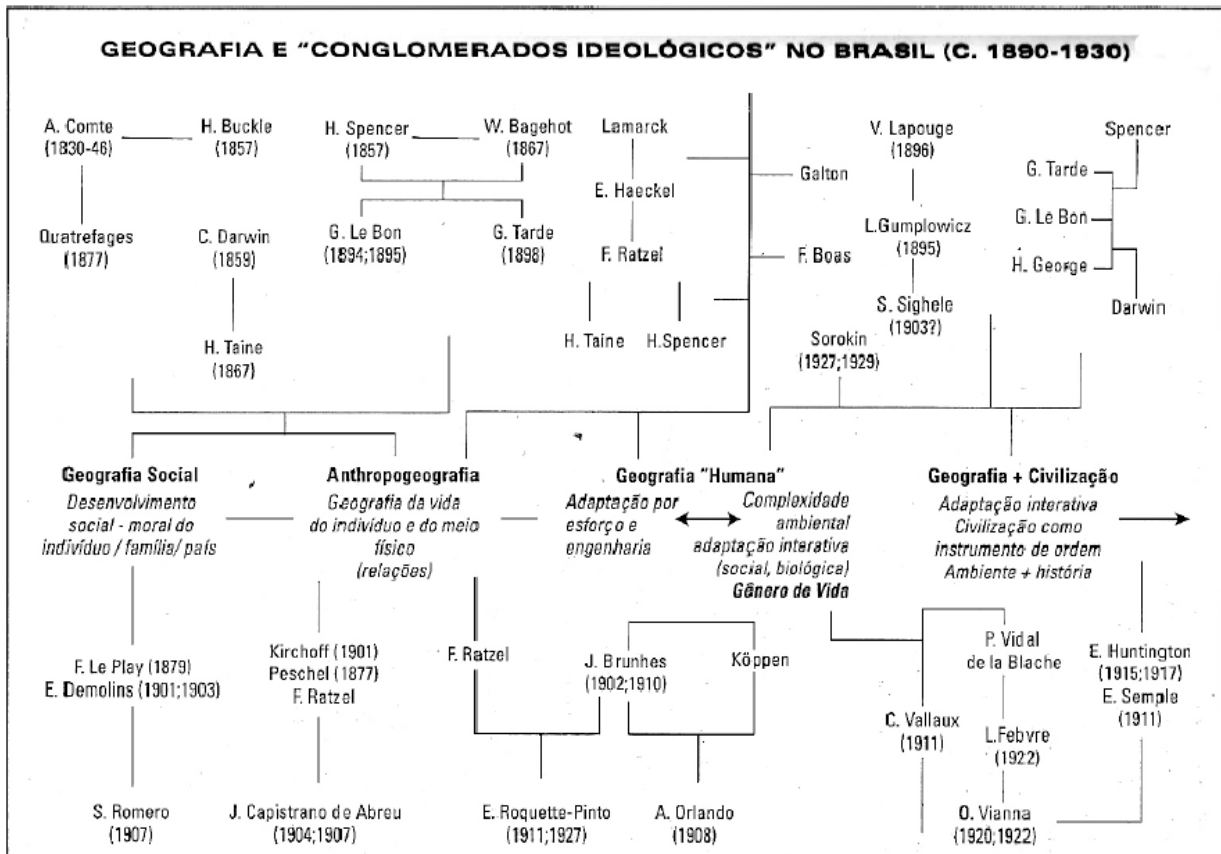
Nacionalismo Autoritário no contexto Histórico

Na teoria marxista, quando se compara a sociedade a um edifício, tem-se a sua divisão em uma base, a estrutura, e uma superestrutura. A relação estrutura-superestrutura se dá num âmbito dialético. A estrutura se refere a infraestrutura ou alicerce, enquanto representação das forças econômicas. Trata-se da base econômica na qual se dão as relações de trabalho. Enquanto que a superestrutura se constitui nos aparatos ideológicos-políticos. Como já visto no começo do trabalho, a ideologia em Marx é vista como forma de legitimar as relações de dominação. Neste sentido, a superestrutura seria fruto de estratégias do grupo dominante para consolidação de seu domínio. Esta afirmação é verdadeira na medida em que o grupo que tende ao domínio, nas ideias de Lukács, é capaz de se conscientizar de suas ações e fazer desaparecer da consciência social, a luta de classes. O que se procura explicitar neste capítulo são os aparatos ideológicos, com o foco nos “funcionários” desta superestrutura (tomando das ideias de Gramsci) em contraposição a questão estrutural, isto é, a dimensão socioeconômica que teve o maior foco na elaboração do contexto histórico.

Para não se perder a dimensão do pensamento na história, este capítulo busca analisar a emergência específica deste sem deixar de se situar na história. Afinal, nas premissas de Marx bem explicitada anteriormente, é preciso considerar o processo de desenvolvimento real dos homens em dadas condições. Além disso, para não perder o foco em Oliveira Vianna e não tirar seu pensamento das

tendências culturais da época, algumas contribuições de outros autores do movimento autoritário para a concepção de mundo de Vianna serão enfatizadas.

Figura 2: Geografia e conglomerados Ideológicos no Brasil (1890-1930)



Fonte: MACHADO, 2012, p.3

Antes de entrar nas questões mais específicas ao nacionalismo, cabe fazer uma breve explanação do perfil dos intelectuais da época. Partindo da formação superior que o Brasil dispunha até 1930, se destaca três grandes carreiras, medicina, direito e engenharia. Todas as questões referentes a outras ciências se desenvolveram sob a tutela destas formações. Neste sentido, as ciências humanas, a geografia especificamente se deu sob olhares de advogados e engenheiros “excêntricos”. “No campo das humanidades observa-se um reforço da reflexão diretamente política, majoritariamente orientada para as teses conservadoras” (MORAES, 1988, p.122).

A corrente nacionalista de direita a partir das primeiras décadas do século XX no Brasil, segundo Boris Fausto, apresentou alguns princípios: “a defesa de uma ordem autoritária, a repulsa ao individualismo em todos os campos da vida social e

política, o apego às tradições, o papel relevante do Estado na organização da sociedade” (FAUSTO, 2001, p.15). Apesar do cunho nacionalista dos vários movimentos, estes se encontravam vinculados a um nacionalismo naturalista. A inserção na temática política-social deste movimento teve como um dos precursores Alberto Torres (1865-1917).

A partir deste autor, pode-se salientar alguns aspectos do nacionalismo e a sua influência nos autores que acompanharão o estabelecimento do autoritarismo. Suas ideias foram gestadas muito precocemente em relação a conquista efetiva dos discursos políticos deste movimento, mas que são inegáveis que estas repercutiram na geração subsequente de intelectuais. Sua influência é nítida, quando da fundação da sociedade dos amigos de Alberto Torres, pelos intelectuais ligados às correntes autoritárias. O propósito de sua criação foi difundir suas ideias e promover debates sociopolíticos.

Dentre os principais ideais de Torres, observa-se a justificativa de dotar a União de maiores poderes, a crítica a imigração europeia, e um programa de volta do migrante da cidade para o campo. Um dos pontos interessantes da visão de Alberto Torres está na revisão da constituição de 1891. Além disso, segundo Evaldo Vieira, os maiores interesses de Alberto Torres são: “objetividade metodológica, a consolidação da nacionalidade, a adaptação ao meio, a igualdade das raças, a independência perante as escolas, o pensamento revisionista, a ação estatal, e a crítica a liberal-democracia. (VIEIRA, 2010, p.79). Algumas divergências entre os autores do pensamento autoritário podem ser destacadas, mas o que interessa, é a essência deste pensamento. O núcleo, portanto, partindo de Alberto Torres, está focado, na consolidação da nacionalidade, na crítica a liberal-democracia, e na ação estatal.

Antes de abarcar aprofundadamente estes aspectos elencados acima, vale ressaltar que a temática racial e da influência do meio, é um assunto muito difundido no final do regime monárquico e mais entusiasmado com a instalação da primeira república. A importação do cientificismo para explicar o Brasil sob o prisma da influência do meio e racial é uma das marcas do pensamento do final do século XIX até a década de 30. As mais variadas correntes científicas afloram neste período. Desde o darwinismo social, as teorias sociológicas de Le Play, teorias raciais de

Lapouge e Gobineau; e o positivismo Comtiano. Segundo MORAES (1988), esta última é um dos fundamentos doutrinários da proclamação da República. Isto pode ser verificado no Lema “ordem e progresso” na bandeira do Brasil. Apesar do título “liberal” para a corrente de pensamento predominante durante a primeira república, deve-se entender que somente se refere à estrutura política, pois o cunho social desta vertente também é conservadora. O que se tem é uma reciclagem das ideias.

O escravismo, mesmo após a abolição, ainda exercia influência no pensamento das elites de então, o que levou as inúmeras formulações racistas. Pensadores como Euclides da Cunha, Silvio Romero, Capistrano de Abreu, e mesmo mais tarde o Próprio Oliveira Vianna, são exemplos de difusores destas teorias. No figura 2, verifica-se na parte inferior que todos os autores brasileiros dispostos no esquema, sofreram influência do determinismo. O vasto contingente de imigrantes que chegaram ao Brasil foi uma ideia “alimentada inicialmente pelo desejo de “melhoria da raça”” (MORAES, 1988, p.120). Neste tocante, já é possível notar aquela segunda modalidade das ideologias geográficas, referentes ao determinismo geográfico. Elas se fazem sensível neste primeiro momento pelo paradigma da interpretação da realidade nacional sob a ótica do meio e da raça. As concepções ratzelianas, para o equacionamento deste assunto são fortes no Brasil.

Em contrapartida, a entrada dos imigrantes causou um choque com as mentalidades dos “grandes senhores rurais”. O pensamento anarquista, evidenciado anteriormente, advindo em muito dos imigrantes que vieram para compor a mão de obra, causou um embate político cultural. Aliado a isto, a crescente urbanização e industrialização impõe novas aspirações que antagonizam com um governo estruturado nas Oligarquias agrárias. A partir da década de 20, vários movimentos contestatórios se multiplicam e é onde se corporifica o movimento nacionalista autoritário.

Os movimentos urbanos, de uma classe média urbana e industrial emergente, ganham evidencia. O tenentismo, os setores mais politizados do proletariado, deságua em ideários diferentes do que se tinha até então. Os movimentos tanto de orientações mais à esquerda, quanto à direita, apresentam nuances nacionalistas. Essas ideologias de cunho nacional incorporam ideários geopolíticos, principalmente

nos meios militares. Alçar o Brasil como uma potência mundial sob a ótica da modernidade passa a ser o anseio de alguns intelectuais.

O período de 1920, segundo Boris Fausto corresponde a maturação das ideias nacionalistas. Essas surgem em contraposição ao desgastado pensamento liberal predominante durante o período da primeira república 1889-1930. O nacionalismo ao longo da década de 20 terá uma fermentação ideológica de grande proporção, não surgindo exclusivamente no movimento político, mas em outras esferas sociais, como a arte, a música e na literatura. A própria semana da arte moderna e o movimento integralista surgem como expressões do nacionalismo.

O grande marco do estabelecimento dessas ideias como hegemônicas é a grande depressão mundial e a revolução de 1930. Os pensadores autoritários a partir deste ano ganharam considerável prestígio e tiveram papel significativo na vida política e na criação de instituições. A principal crítica contra o regime oligárquico por parte do nacionalismo autoritário aparece na descentralização do poder, deixando o controle do país pelos grandes Estados, e com o qual não permitia o desenvolvimento de uma soberania por parte do Estado. As ideias de Gramsci, quanto a formação do bloco histórico pela sedimentação de uma ideia hegemônica, se insere bem neste contexto. A formação de alguns intelectuais orgânicos, como Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos foi crucial para a assimilação ideológica.

Entre os anos 1930-1937, travou-se no país uma batalha entre as principais correntes políticas [...] O polo da direita que defendia a centralização do poder e a modernização do país, com nuances mais ou menos nacionalistas, acabou prevalecendo, não sem atritos interno cujo maior exemplo foi a iniciativa bem-sucedida das forças armadas, com o objetivo de enquadrar os tenentes. (FAUSTO, 2001, p.21)

O poder para Gramsci se exercita tanto pelo convencimento, quanto pela força para aqueles grupos que não consentem. O apoio das Forças Armadas para a tomada do Estado em 1930 após a derrota eleitoral para Júlio Prestes, e mesmo no período posterior em que Vargas desfecha o Estado Novo, mostra no plano político-prático esta questão de Gramsci. Além disso, a hegemonia pode implicar tanto em direção moral da sociedade, como também gerar ditaduras. As ideias do Estado autoritário veiculado por grande parte dos autores desta vertente servem em muito para justificar esta assertiva. O Estado novo (1937-1945) é a concretização dessas

ideias de cunho autoritário. Para os intelectuais desta corrente, o regime autoritário é o mais adequado dado às particularidades do país. Sua identificação com o governo Vargas segundo Boris Fausto se deu pelas características mais evidentes: supressão da democracia representativa, carisma presidencial, supressão do sistema de partidos, controle sobre as mobilizações sociais.

A instituição do Estado Novo representou a vitória dos ideais autoritários e a derrota dos liberais, que concorreram desastrosamente para o golpe. A aventura da insurreição de 1935 marcou o fracasso dos comunistas e o início de uma dura repressão, enquanto o integralismo, como movimento, desapareceu de cena com o arremedo golpista de 1938. (FAUSTO, 2001, p.22)

Outro aspecto do governo Vargas de grande relevância para as ideias autoritárias foi a contenção dos conflitos urbanos. A incorporação dos conflitos sociais pelo mecanismo estatal foi uma das essências deste governo. Uma das primeiras medidas foi a criação do ministério do trabalho, a lei dos dois terços, que restringia o número de imigrantes nas empresas, a legalização dos sindicatos, a limitação a oito horas de trabalho e as leis de férias. Além das medidas que contemplavam o proletariado, como forma de manter a ordem, houve também um intenso processo de expansão do aparelho de Estado, com o surgimento de novas instituições, como o IBGE e a ampliação dos cursos superiores com a criação da USP e a Universidade do Distrito Federal (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro) e junto com elas o curso de geografia.

Duas abordagens são postas em se tratando da geografia no Brasil por estas últimas colocações. Primeiro, a criação do curso de geografia na USP em 1934 traz uma gama de intelectuais Franceses, cujas teorias possibilistas, de base funcionalistas-culturalistas, que são contrárias às concepções ratzelianas, ampliam o leque de análise geográfica com as monografias regionais. Em segundo, a criação do IBGE em 1938, que coloca a geografia a serviço do Estado, com acepções quantitativas para conhecimento territorial. “A geografia é posta claramente como um instrumento de um Estado Modernizante, impulsionador do desenvolvimento capitalista no país.” (MORAES, 1988, p.130). Segundo MORAES (1988), este reaparelhamento do Estado é um ponto nodal, para a centralização do poder, que até então se encontrava bastante dividido pelas oligarquias regionais. Além disso, o reordenamento institucional veio a diversificar e especializar as profissões, em um mercado de trabalho já complexo.

Alguns elementos do antigo regime permanecem nas vistas dos intelectuais que compõe o regime autoritário. O de maior destaque é, sem dúvida, o paradigma da interpretação da realidade nacional, mas dessa vez com vistas para a formação de uma identidade/unidade nacional. Uma das principais marcas é a recorrente busca de uma explicação do que seria o Brasil. Pensadores como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral “trataram de desvendar, com base nas ciências humanas, as razões da existência do Brasil de um povo, mas não de uma nação, buscando definir, a partir desse diagnóstico, os caminhos para a construção de uma nação” (FAUSTO, 2001, p.19).

O Estado Novo oferece um exemplo significativo de construção de identidade na medida em que, nesse período da história brasileira, foi explicitado o trabalho simbólico de inúmeros intelectuais, ideólogos do regime, ocupados em definir e implementar uma política que expressasse, que representasse, que produzisse a unidade nacional. (OLIVEIRA, 2007, p.14)

Pode-se inferir a luz dessas últimas questões, que o movimento do pensamento se volta a resolução dos problemas sociais da época. Sempre em uma postura passada pelos altos. A priori com teses deterministas em atribuir as mazelas da sociedade às características do meio, da raça como forma de ocultar as lutas de classes. Posteriormente, em atribuir ao Estado o poder soberano e ao mesmo tempo criar a mística de forte apelo emocional que é o nacional, também para mascarar a luta de classes, sob a “universalidade” que é o nacional, ao agrupar as mais distintas classes sociais num projeto único. O sentimento do nacional, neste sentido, assume uma importância central para a dissolução dos conflitos sociais. Não sem motivo, que na ensaística autoritária, seja recorrente o uso da máxima “o povo com quem contamos para construir o país”.

A questão da identidade nacional é então, objeto essencial para o pensamento autoritário. “Do ponto de vista ideológico, a ditadura vai reviver ideais nacionalistas, veiculando-os numa intensidade antes desconhecida no pensamento político brasileiro” (MORAES, 1988, p.129). Para buscar desvendar esta identidade, os pensadores atribuem em muito ao território este qualitativo. As ideologias geográficas, portanto, aparecem explicitamente nos mais variados discursos políticos da época.

A análise das ideologias geográficas na formação política brasileira seria altamente reveladora da particularidade de nossa formação econômico-

social. Estudos de tal natureza contribuiriam em muito para o desvendamento desse capítulo singular da história do capitalismo: A formação da nacionalidade brasileira. Obra de conquista territorial, de apropriação de espaço, de exploração do homem e da terra. De construção de uma sociedade e de um território. De uma sociedade que tinha como elemento de identidade. De berço, o nacional é em muito o territorial. (MORAES, 1988, p.96)

A produção intelectual no Brasil nesta conjuntura possui um sentido político e pragmático e será justamente aí que o pensamento de Oliveira Vianna estará. Buscando entender a realidade do espaço nacional brasileiro, segundo o que a vontade política determinava.

Neste ponto que se insere o nosso autor, Oliveira Vianna, ao qual a partir deste ponto adentramos nas particularidades de seu pensamento e de seus discursos geográfico. As ideias de Oliveira Vianna, não se dão fora deste acirrado debate social, político e econômico. As duas principais questões a serem trabalhadas são as leituras que este autor faz do espaço nacional, que em muito define o caráter nacional e o culto ao Estado forte, para sua organização.

Oliveira Vianna

Figura 3: Oliveira Vianna



Fonte: Academia Brasileira de Letras, 2017.

Francisco José de Oliveira Vianna (20/06/1883 a 28/03/1951), Sociólogo e jurista. Nasceu no Estado do Rio de Janeiro, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e assumiu o magistrado nesta mesma instituição. Sua importância política para o período se dá principalmente quando assume cargos dentro do governo Vargas. Foi membro do Conselho Consultivo do Estado; consultor jurídico do Ministério do Trabalho; membro da Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto da Constituição (Comissão do Itamaraty) em 1932; membro da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, finalmente, a partir de 1940, ministro do Tribunal de Contas da União.

Apesar da maioria dos escritos de Oliveira Vianna se direcionarem para a análise da sociedade rural brasileira, dentro do governo sua atenção se voltava em grande parte para o setor urbano, excepcionalmente para as relações de trabalho. Como consultor do ministério do trabalho, tratou de evitar que a classe trabalhadora recém-formada, se tornasse fator de “desordem”. Buscou “vias de sua integração na organização social” (FAUSTO, 2001, p.38). Os sindicatos formados pelo movimento do trabalhador, Oliveira Vianna, tratou de adicionar um dos elementos mais defendidos em suas obras, o corporativismo. Este serviu, no mais, para o desmantelamento da consciência e da posição de classes dos proletariados.

O corporativismo de Oliveira Vianna pode ser visto como uma forma de despolitização dos movimentos sociais, em especial dos sindicatos. Sua visão de estado centralizador e a própria expansão dos aparelhos de Estado durante o governo Vargas teve como intuito aumentar a circulação política – Termo muito usado por Vianna – ao mesmo tempo em que legalizou os sindicatos para controlar as mobilizações.

Não se limitou a atuação sob os holofotes do governo. Destacou-se como autor de várias obras sociológicas da formação social brasileira. A leitura que faz da sociedade brasileira se faz dentro dos parâmetros trabalhados anteriormente. Sob uma ótica da classe dominante, conservadora e autoritária, Oliveira Vianna Busca realizar uma leitura histórica estrutural de nossa formação social. Ele percorre a tradicional divisão cronológica da história brasileira: Colônia, Império e República. Atribuindo a cada fase fatores positivos e negativos conforme a sua visão, numa tentativa de reconhecer a identidade ou o caráter nacional. Com uma visão pessimista de nossa formação, confere ao passado um grande peso sobre a sociedade.

“Nós não somos senão uma coleção de almas, que nos vêm do infinito do tempo...O passado vive em nós, latente, obscuro, nas células de nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje com sua influência invisível, mas inelutável e fatal”. (VIANNA, apud FAUSTO, 2001, p.31)

Outro aspecto que correlaciona Oliveira Vianna dentro das tendências culturais da época é o cientificismo como marca para explicar o Brasil. A evolução das ideias de Oliveira Vianna acompanha aquele movimento histórico social. Se partirmos do ponto em que o determinismo foi uma das principais formas de interpretação da realidade nacional, teremos em Oliveira Vianna um excelente arcabouço-interpretativo em suas primeiras obras. A inserção da geografia francesa no Brasil trouxe novas concepções a sua visão de mundo, cuja principal contribuição para seu pensamento é que a “unidade é constituída na diversidade” (BRAY, apud ANSELMO 1995, p.32). Estas premissas se constituem em um ponto importante para afrouxar as teorias deterministas em seus escritos e incluir elementos culturais. Não somente, pela influência desta nova concepção, mas também pelo advento de alguns autores que foram de confronto as teorias raciais, na década de 30. Dentre estes autores, destaca-se Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Mais tardiamente.

O ponto mais divergente entre os nacionalistas e Oliveira Vianna está no fato de que este último defende a imigração como solução para o “problema da raça”, enquanto que o movimento nacionalista em geral, voltava-se contra o movimento de imigração. É interessante assinalar, que o movimento imigratório trouxe consigo dois problemas para as “elites”. Primeiro o embate cultural, e a organização do movimento operário com espectro comunista/anarquista. Segundo, a geração de um grande excedente de mão de obra nacional. Este aspecto racial se mantém, sobretudo, em suas primeiras publicações: *Populações Meridionais* (1920) e *Evolução do Povo Brasileiro* (1922). Nas obras posteriores, novos elementos são adicionados a sua análise, com uma diminuição nas ênfases das etnias.

Segundo ODALIA (1997), Oliveira Vianna, procurou responder as críticas mais tardiamente na reedição de um de seus livros ao afirmar que suas ideias acerca do problema étnico brasileiro não constituía a parte mais importante de seu pensamento.

Entretanto, muitos aspectos se mantêm ao longo de todas as obras. Ele trabalha a sociedade brasileira de forma estática, como se as mudanças ocorridas ao longo de sua formação fossem mínimas. Isto fez com que suas ideias apresentassem poucas variações. Entre os principais elementos estáticos em suas obras aparecem: A incapacidade do povo brasileiro ao regime democrático; a busca pela identidade nacional; o problema de nossa extensão territorial e a defesa do latifúndio; a crítica ao coronelismo (relações clientélicas – formador do espírito de clã) e ao liberalismo; o resguardo à aristocracia rural; e o processo de educação das massas e da classe dirigente.

Além dos aspectos conservador, Oliveira Vianna, também se enquadra na busca pela modernização do país. Elementos geopolíticos se delineiam em suas análises, como a posição do Brasil frente ao Mundo. Sob a égide do positivismo Oliveira Vianna apresenta uma proposta política, na qual o progresso só seria atingido seguindo uma ordem.

“Encaminhar o Brasil para a modernidade era, para nosso autor, questão primordial. Entretanto, este encaminhamento só poderia se dar dentro da ordem, ou seja, segundo os princípios de “civilização”, sem choques. Para tanto, não poderiam haver lutas entre classes, mas consenso, harmonia, cada qual cumprindo sua parte para que a coletividade atingisse seu fim”. (ANSELMO, 1995, p.53-54)

Um dos pontos chave na Obra de Oliveira Vianna é a tentativa de justificar um País integrado através do Estado e de conciliar frequentemente as classes sociais, elites agrárias x elites urbanas, elite x “povo-massa”. Para isso o autor lança mão de um projeto educacional como um meio de disseminar as ideias e conciliar as classes sociais.

A nação solidária com que sonha Oliveira Vianna é, como se vê, antes de tudo, uma nação em que preponderam uma ordem e uma racionalidade, que deverão encaminhar paulatinamente o cidadão por uma educação programada, a reconhecer o interesse coletivo e nele se integrar, de maneira que os conflitos sejam eliminados por uma identificação ideológica com ele. (ODALIA, 1997, p.153)

Oliveira Vianna tem um pensamento quanto ao papel das elites e ao projeto educacional, uma semelhança grande com a de Plínio Salgado, na qual ambos almejavam que as elites dirigissem o País sob a égide do Estado. Para isso caberia ao projeto educacional uma dualidade, de um lado uma educação voltada para as elites a fim destas dirigirem o País, de outro lado a educação ao povo-massa, uma educação para se criar uma consciência nacional, com a finalidade de obediência ao Estado, o que enalteceria o poder estatal e das elites quanto composição política do país. Em sua obra Problemas de organização e Problemas de Direção (1952), destaca-se o papel da educação em imprimir aos alunos o dever do interesse coletivo, de maneira autoritária, para impor o “sentimento” nacional:

Nas nossas escolas... temos procurado, sem dúvida, dar o máximo de instrução à nossa mocidade, isto é, cultura especial ou geral; mas não temos preocupado a sério em inculcar-lhe, de maneira sistemática, internacional... nenhum claro sentido de vida coletiva, nenhuma ideia de sacrifício individual em favor do grupo [...] Estes hábitos de servir ao bem comum, se inculcados metodicamente, acabarão penetrando o subconsciente do brasileiro, transformando-se em sentimento: em sentimentos do dever cívico; em sentimento do bem comum; em consciência coletiva; em preocupação dominante do interesse público – e a revolução está feita. (VIANNA, 1974, p.18-19)

Além do sentido da educação para apagar da consciência social, a luta de classe, retomando Lukács, Oliveira Vianna atribui ao Estado o papel de organizador da sociedade e ao espaço geográfico os problemas da nacionalidade. Os dois Princípios atinentes a visão política de Oliveira Vianna que serão analisados por fim, são o espaço geográfico e o Estado enquanto seu organizador.

Neste sentido, o que se procura explicitar ao final, para atingir os objetivos proposto, são as ideologias geográficas em Oliveira Vianna. Procurou-se mostrar

até o momento as influências dos fatores históricos-estruturais-superestruturais para o pensamento de Oliveira Vianna. Ao mesmo tempo em que se aproximou as concepções geográficas que se vincularam as ideologias da época. Os vastos estudos do nosso autor possibilitam várias leituras geográficas, a começar pelo determinismo até a função mais política do espaço: a organização social.

Espaço Geográfico Brasileiro no Discurso Ideológico de Oliveira Vianna

Um país nascido de grandes extensões de terras que foram as capitânicas, destinado a exportação de produtos primários, com destaque para as grandes fazendas. Fora a cana, depois o café, os vastos espaços criados para sua produção, parecem surtir efeitos nas diversas leituras do espaço. A concepção do espaço em muito vai influenciar nas construções deste. Voltando para aquela ideia de que “a paisagem é ao mesmo tempo um resultado e o alimento dos projetos de produção do espaço” (MORAES, 1988, p.23), traz grandes reflexões sobre a construção do espaço geográfico brasileiro. O predomínio de espaços agrícolas, os latifúndios, em grande parte do país, com exceção de uma pequena parte do território que ia se modernizando, pelas atividades industriais e urbanas, será objeto de análise do nosso autor ao mesmo tempo em que é um objeto de projeção sobre os espaços vazios.

Além do tipo de atividade que se desenvolve no espaço, a concepção da conquista territorial, dos “espaços vazios”, improdutivos também exerce influência nas análises. Um país de capitalismo tardio que viu durante boa parte de sua formação expandir-se territorialmente. A análise do espaço geográfico brasileiro nas Obras de Oliveira Vianna, apresentam elementos de que representam a falta da nacionalidade, da diferenciação de três tipos étnicos e um elemento a ser continuamente conquistado e ocupado. Pela vasta obra que já se tem sobre a influência do meio, das teorias deterministas em Oliveira Vianna, vamos nos ater no primeiro e no terceiro problema que Oliveira Vianna identifica no espaço geográfico brasileiro.

As ideologias geográficas tem uma importância central nos países de capitalismo atrasado e, principalmente, de capitalismo retardatário ou hipertardio. A determinação externa no desenvolvimento econômico faz com que, nestes países, o caráter de “área de expansão” se acentue. [...] O caráter tardio impõe uma perda de “espontaneidade” no ordenamento do território, o apetite territorial do Estado se exacerba, os mitos espaciais encontram um campo propício a sua disseminação. (MORAES, 1988, p.94)

Para estabelecer uma cronologia, o estudo parte da primeira obra de Oliveira Vianna, ao qual ele já identifica elementos da marcha para o Oeste, mas sem se referir a esta terminologia e, onde aparece o problema da extensão territorial. Para confrontar com sua visão em sua última obra acerca do espaço. Um dos princípios que fundamentam as ideias de Oliveira Vianna acerca de nossa identidade, sempre em uma leitura histórica e estrutural, é o espaço geográfico brasileiro, de extensão continental, de “extraordinária latitude” (VIANNA, 1933). Um espaço ainda a ser conquistado e apropriado, dando ênfase ao papel dos desbravadores do interior e dos aventureiros na “conquista do território” e destaque à apropriação destes novos espaços pelos latifúndios.

A imagem da terra a ocupar é bastante cara às classes dominantes, a população sendo vista como um instrumento desse processo. A visão do “espaço a se ganhar” é recorrente, do colonizador lusitano que se defronta com uma natureza estranha ao fazendeiro paulista que “conquista” as terras do Oeste. (MORAES, 1988, p.98)

Em um panorama geral a respeito do território e da identidade na formação brasileira, Moraes destaca o discurso do território pelas classes dominantes, para forjar sua identidade:

Observa-se, então, que as classes dominantes forjam sua identidade tendo a concepção de conquista territorial como um de seus componentes fortes de solidariedade. A ideia do nacional tem, assim, forte conotação cartográfica. (MORAES, 1988, p.99)

Dessa extensa organização espacial e social que são os latifúndios é que se teriam os desdobramentos do caráter nacional, pois nas palavras dele, “somos uma sociedade de lavradores e pastores”. Portanto, sua análise estará pautada na sociedade rural, buscando nestas a explicação e tentando criar uma unidade nacional, que sobrepuje os “males” advindos das relações sociais do campo que impedem a formação de uma verdadeira Nação.

A extensão territorial, na visão de Oliveira Vianna, representaria “a ação desintegradora dos fatores geográfico” (MACHADO, 2012, p.9). A grande extensão territorial seria responsável por um povoamento disperso e de mínima circulação

social e política. As ilhas de população eram isoladas pelo latifúndio e, portanto, dependiam dos recursos locais e do poder das Oligarquias. Isto, para ele, formava o espírito de clã, do individualismo, na qual se volta suas críticas.

Ao mesmo tempo em que defende a apropriação pelos latifúndios, Oliveira Vianna busca formas de minimizar os males provocados por este espaço da produção. Em seus livros, aparece muito o termo circulação política como forma de combate a este isolamento. A expansão do aparelho de Estado durante o governo Vargas, principalmente do setor administrativo correspondeu às ideias que tinha.

Em sua primeira Obra, publicada em 1922, com um tom de saudosismo ao passado colonial, quando os latifúndios tinham maior expressão em termos de autonomia e força política, fica claro que Oliveira Vianna é um entusiasta dos latifúndios no Brasil, o referendando como meio de “subsistência geográfica do meio rural” (VIANNA, 1933), além de exaltar a aristocracia rural, como classe econômica relevante e influente, argumentando a impotência da cidade e da população urbana, caracterizando-a como “estagnada e mortiça”.

Em síntese: nem classe comercial, nem classe industrial, nem corporações urbanas. Na amplíssima área de latifúndios agrícolas, só os grandes senhorios rurais existem. Fora deles, tudo é rudimentar, informe, fragmentário. São os grandes domínios como que focos solares: vilas, comércio, tudo se ofusca diante de sua claridade poderosa. (VIANNA, 1922, p.173)

A contradição do discurso está no resguardo deste sistema produtivo e na crítica as mazelas geradas por estes. De um lado, a constante crítica as relações sociais aí estabelecidas. De outro, a defesa de sua expansão pelo território. A mola propulsora que fora o café para a economia capitalista, parece levar Oliveira Vianna a crer que a expansão de um cenário agrícola poderia produzir resultados equivalentes ou pelo menos expandir a classe social mais defendida por ele. A “classe ariana” do povo brasileiro, os grandes senhores rurais. Na sua visão, se somos uma sociedade de pastores, é justamente através dela que se deve buscar ocupar o país.

Será justamente da falta de “integração territorial”, do isolamento dos latifúndios ante sua autossuficiência e mais ainda das próprias relações sociais do campo é que aparecerá a crítica de Oliveira Vianna, quanto à falta de solidariedade moral da sociedade brasileira, o que em sua concepção formaria a verdadeira

nação. Vale notar, que Oliveira Vianna enquanto intelectual da superestrutura de vínculo orgânico com a estrutura econômica agrária, mais ainda, defensor da alta classe senhorial, quando crítica às relações sociais do campo, se direciona para o trabalhador rural, “o indolente”, o “preguiçoso”.

Segundo nosso autor é da “função simplificadora dos domínios rurais” que aparecem os empecilhos da unidade nacional, na qual não se desenvolveriam relações entre as classes sociais, - As classes sociais que Oliveira Vianna se refere estão estritamente relacionadas às questões econômicas profissionais (Classe comercial, classe industrial, classe agrícola) - pois, o latifúndio, bastando de si mesmo, não necessita de um comércio, ou de uma indústria, logo, não permite que se desenvolvam as atividades econômicas externas a esse sistema produtivo. Tão pouco se desenvolve relações de classes no interior deles, de modo a justificar e naturalizar esta assertiva, destaca:

O nosso trabalhador rural pode viver perfeitamente sem o amparo patronal do fazendeiro. Hoje mesmo, depois da abolição, o grande agricultor não conta com o operário rural. Este apenas consente em lavrar as terras da fazenda alguns dias da semana, duas ou três. O resto do tempo é para o gozo da sua indolência proverbial. (VIANNA, 1933, p.175)

E continua a justificar a falta de vinculação entre o proletariado do campo e a “classe senhoril”, mas agora em uma perspectiva de nossa tropicalidade e fertilidade da terra:

Numa terra destas, em que “não há pobre que não seja farto com pouco trabalho”, na confissão apologética de Frei Ruy Moreira, para que servirá ao proletariado rural o salário do patrão? Ele pode dispensa-lo. (VIANNA, 1933, p.177)

Dessa maneira, afirma veementemente que não há luta de classes no Brasil, já que não há classes sociais, portanto, em sua visão não existe nação. A Nação idealizada por Oliveira Vianna é antes de qualquer coisa, onde se preponderam relações de “solidariedade social”, cujo principal fundamento desta solidariedade é o interesse coletivo, tal relação não se desenvolve no Brasil pela formação do espírito de clã, do individualismo.

Em seu último Livro, Problemas de Organização e Problemas de direção, o discurso geográfico mais presente, não se remete mais ao problema da grande extensão territorial, mas a sua conquista e apropriação. Outro fato interessante de assinalar, é que neste livro, o autor usa da terminologia “Marcha para o Oeste”.

Há, realmente, em nosso povo, um fator, que os grandes povos industrializados e supercapitalizados do mundo – especialmente os europeus – desconhecem por completo e que para nosso caso especial é essencial; mais: é vital. Este fator é a necessidade, em que estamos, de realizar a exploração de um imensurável território, somente a meio povoado. Exploração que se concretiza na fórmula, já agora famosa, da chamada “marcha para o Oeste”, para o qual já havia chamado atenção desde 1921. (VIANNA, 1974, p.78)

Assim como no primeiro livro, Oliveira Vianna reconhece o papel importante dos desbravadores do interior na conquista territorial. A ideia de Moraes quanto o signo da conquista territorial nos países de capitalismo tardio fazem jus nas obras de Vianna.

Mas esta marcha para o Oeste – isto é, a conquista, o povoamento, a exploração do nosso interior deserto – é um campo de atividade exclusivamente submetido, agora e no futuro à vocação conquistadora do pioneiro. Vale dizer – do bandeirante, do sertanista, do poroara, do arigó, do seringueiro e do grileiro. (VIANNA, 1974, p.78)

Isso equivale a dizer que a marcha para o Oeste é e será – como foi outrora – um feito da mais pura economia individualista. (VIANNA, 1974, p.78)

Sua leitura histórica, que atribui um peso determinante para a sociedade. Traz implicações de que a exploração territorial com a marcha para o Oeste, nada mais foi que um reflexo histórico do Brasil colônia, do bandeirante, do ciclo do ouro, da expansão do café.

A expansão do homem dentro do território, começada com o descobrimento de Cabral e o povoamento dos primeiros donatários, não está terminada e continua a realizar-se de forma incoercível. (VIANNA, 1974, p.78-79)

É justamente a subsistência, em nossa civilização, do nosso velho espírito de bandeirismo que explica esta expansão para o Oeste – de raio mais amplo e muito mais profundo do que nos parece, a nós que permanecemos nos confortos das nossas cidades da costa. Não fora a permanência deste espírito de bandeirismo – e estaríamos arranhando, como caranguejos, as nossas praias, tal como no tempo de Frei Vicente Salvador. (VIANNA, 1974, p.80)

Esta sobrevivência do espírito de bandeirismo, na sua expressão mais pura – porque da conquista e exploração da terra, é que constatamos, vivaz e militante, desde os contrafortes da serra rio-grandense até os campos desabitados das Guianas – tem sua principal razão de ser no estímulo suscitado pela presença deste imenso sertão despovoado, que é a nossa hinterlândia do Brasil Central. Esta hinterlândia é o chamariz, a força sugestionadora, o ímã central que atrai o homem do Leste para o seu interior e nos está permitindo utilizar e encher de humanidade intrépida e laboriosa este mundo ignoto e ainda selvagem do Oeste, que estamos no dever de humanizar e civilizar. (VIANNA, 1974, p. 80-81)

Como se pode observar, Oliveira Vianna, se mostra um entusiasta da expansão para o Oeste, a pontuar a dificuldade de fazê-lo com uma baixa

população. De modo a buscar comparar Brasil com Estados Unidos, como justificativa para a expansão territorial. A este respeito Lucia Lippi destaca a importância que a geografia exerceu para estes respectivos países: “onde a questão territorial e o alargamento das fronteiras foram fundamentais” (OLIVEIRA, 2008, p.14).

Diferente desta atual situação americana (território consolidado pela expansão e conquista), nós temos necessidade, ao contrário, de cultivar o espírito de bandeirismo, fomentando-o, estimulando-o, preparando-lhe, condições adequadas ao seu florescimento e vitalidade. Basta-nos olhar para a nossa hinterlândia e considerar que – tendo nós uma base física capaz de comportar 400 milhões de habitantes, estamos ainda com apenas 50 e poucos milhões, dispersos e diluídos por essas imensidades territoriais e utilizando, praticamente, apenas 10% destas vastíssimas disponibilidades. (VIANNA, 1974, p.79)

Além da comparação com os Estados Unidos para a ocupação do Oeste, Oliveira Vianna, idealiza o lucro máximo pela iniciativa individual. Ao fazer esta colocação, coloca nas mãos do grande capitalista a função da dominação dos espaços vazios. O processo de produção do interior do Brasil já estava se delineando por uma projeção de sua ocupação. A influência do que o café representou para os avanços capitalistas se esboçam nas palavras de Oliveira Vianna.

Nossa condição é, justamente hoje, similar, senão idêntica, à dos americanos do norte, antes de atingirem o ciclo da plenitude da ocupação do Oeste – a de um povo que está constituído na obrigação de conquistar e desenvolver um continente deserto; que tem, portanto, que praticar e desenvolver a única filosofia da ação compatível com esta finalidade superior: - isto é: a filosofia da livre iniciativa, do pleno individualismo; da plena liberdade, por um lado; e, por outro, da propriedade individual, da produção ilimitada e do lucro máximo. (VIANNA, 1974, p.81)

Nesta perspectiva, vê esta projeção da ocupação pelos grandes proprietários como algo positivo, para ser a mola propulsora das atividades econômicas capitalistas.

Nesta nossa marcha para o Oeste, estamos operando um duplo movimento de expansão. O primeiro difuso e formigueiro, que está contagiando os sertões mais interiores de Goiás e Mato Grosso – como bem provam as pesquisas geográficas modernas; - Movimento este feito por mateiros - é inteiramente acapitalista e realizado exclusivamente por gente destemida, possuída do espírito de aventura ou impelida pela necessidade de viver.

Há, porém, um segundo movimento de expansão mais recente e significativo – porque de exploração efetiva das riquezas ali existentes. Este último movimento é essencialmente capitalista, operado pelos ricos proprietários e argentários, cuja fortuna se formou com os lucros das indústrias acumuladas no Leste – nas zonas da costa e dos grandes

planaltos do sul, com os laticínios; com o café e o açúcar valorizados; com as manufaturas saídas das estufas do protecionismo. (VIANNA, 1974, p.80)

Outro elemento geográfico nos discursos de Oliveira Vianna, é a função que a região “centro-sul” exerce sobre o território Brasileiro. Nesta região para ele se deram, desde a independência, os fatores propícios ao desenvolvimento de um centro econômico e político, para organizar e dirigir a formação da nacionalidade brasileira. O principal fator para o estabelecimento deste centro de gravidade da política nacional é a contiguidade do território centro-sul, aglutinando a capital do País e o centro econômico da produção do café.

Estado: Interesse “Universal”

Oliveira Vianna e outros autores autoritários viam no Estado a figura magna da coletividade, capaz de exercer o poder soberano sobre a sociedade. Antes de tudo, é necessário desvelar que o interesse coletivo não existe como explicita Marx. Entretanto, em uma sociedade de capitalismo tardio, em que surgem inúmeros conflitos sociais, cabe a função ideológica dar conta deles resgatando Lukács. Mais do que isso, em uma sociedade estratificada em classes, a partir da tomada da consciência de sua classe, instala-se um embate decisivo que implicará na história um desfecho teleologicamente posto, conscientemente orientado. Nesta perspectiva, a classe que conseguir impor o seu interesse como o universal estará no caminho da conquista ideológica.

Criar a Unidade/identidade nacional, o grande objetivo de Oliveira Vianna, alça um projeto único a todos os homens de uma nação, sem distinção de classes. Este é ponto nodal para se diluir os conflitos sociais, num país em que se vigora tamanha desigualdade, nada mais pacificador que colocar todos os indivíduos em plena igualdade, “filhos da mesma pátria”. Este se constituía no projeto político de maior importância para Oliveira Vianna. Procurar a mística Nacional que nos faltava. Procurar o forte apelo emocional que coloque todos os homens em um ideário único. A assertiva de Lukács descreve bem como a ideologia pode inflamar este entusiasmo:

“As mais diferentes espécies de generalização podem, em determinadas conjunturas históricas, inflamar um entusiasmo autêntico e duradouro em grandes massas, podem contribuir para que as questões que decidem o destino do desenvolvimento da humanidade obtenham um desfecho tão coerente, em tão grande estilo, como não teria sido socialmente possível sem o desencadeamento de uma ideologia correspondente”. (LÚKACS, 2013, p. 353)

O que se pretende expor neste capítulo é como a ideologia, assume um papel importante de orientar/objetivar as práticas sociais. Trata-se da organização de um país em um momento histórico de crise de hegemonia, cuja reciclagem do discurso liberal para uma ótica autoritária buscava a ideia do interesse “universal”, para o mantimento da ordem social.

O falido sistema Oligárquico e as inúmeras manifestações só poderiam ser contidas mediante um reordenamento superestrutural que dessem conta das exigências estruturais. Nas palavras de Antonio Carlos de Andrada (Governador de Minas Gerais de 1926-1930): “façamos a revolução antes que o povo a faça” mostra a preocupação do grupo dominante em um novo ordenamento ao nível político. A proposta de um Estado centralizado, forte, capaz de exercer uma força “centrípeta”, de imposição sobre as liberdades individuais no âmbito político ecoaram como solução de mantimento da ordem social ao passo que permitiu a modernização da economia capitalista no país.

O Estado autoritário deveria ser o demiurgo da nação, o criador de uma “mística nacional” que integrasse a população em torno de um ideário de forte apelo emocional e as classes sociais num projeto único, nacional, que tornasse desnecessárias e impraticáveis as liberdades políticas. (DAVIDOFF, 1982, p.35)

O Estado autoritário de Oliveira Vianna, paralelamente a sua concepção do extenso espaço geográfico brasileiro, se funda justamente pelo fenômeno dispersivo deste, já destacado anteriormente. As políticas da liberal democracia, para ele eram representativas dos clãs, das famílias rurais, que tinham no latifúndio a base de seu eleitorado. Assim, os partidos político da época representavam o poder das Oligarquias. Esta democracia era então, a “democracia dos coronéis”. Caberia ao Estado, então, a ação de estabelecer o ideário coletivo, diante de uma população de incapacitados politicamente, presos a um sistema de uma elite particularista.

O sentimento do nacional só afloraria no povo, diante de um Estado forte de “fundir moralmente o povo na consciência perfeita e clara da sua unidade nacional e no sentimento profético de um alto destino histórico” (VIANNA, 1922, p.396).

Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado – um Estado soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional. (VIANNA, 1922, p.396)

A consolidação do Estado Novo, pela supressão dos partidos político representava em muito os ideários de Vianna. Apesar disto, este não era o cerne da sua proposta política, haja vista necessária. O ápice da consolidação de suas ideias durante a era Vargas, mesmo antes do Estado novo, foi à expansão do aparelho de Estado. A formação de uma geração de burocratas, pela ampliação de cargos administrativos, como forma de assessorar o governo foi a base da elaboração do sistema corporativista de Oliveira Vianna. Este aumento dos cargos administrativos possuía um sentido duplo para ele. Primeiro para aumentar a circulação política, pela presença das instituições estatais junto aos novos centros econômicos. Segundo, para mostrar a presença do Estado na vida de cada cidadão. A ideia do Estado Corporativo serviu antes de qualquer coisa, como uma das mais elaboradas tentativas de legitimar o Estado centralizador.

O corporativismo em suas obras representa um dos elementos para a constituição da nação. Um processo educativo, que gerasse na sociedade o interesse coletivo, partindo de uma instituição/corporação ao qual o indivíduo estava vinculado, com a finalidade de organizar a opinião pública das classes sociais. Em sua visão, o corporativismo é uma medida necessária para a consolidação das classes sociais, dentro de estruturas corporativas. A nação seria constituída então destas inúmeras vontades coletivas organizadas em corporações.

Os sindicatos surgidos pelos movimentos operariado e legalizados durante o governo Vargas tiveram como característica a aplicação das tendências corporativas de Oliveira Vianna. Os confrontos entre classes passam a ser resolvidos, mediante a intervenção do Estado, pela esfera jurídica. A expansão dos cargos administrativos serviu bem para a consolidação das instituições estatais necessárias para a mediação do confronto: a justiça do trabalho e o sistema de previdência social. “A lei da sindicalização tinha como objetivo excluir os sindicatos políticos e atraí-los para dentro do Estado através de uma doutrina de “harmonia social” e de “colaboração” entre as classes” (DIAS, 1985, p.33). O parágrafo 6º do artigo I do decreto 19.770 que legalizava os sindicatos, já indicara a perda da autonomia dos sindicatos frente ao Estado e um processo de despolitização do movimento operariado.

“abstenção no seio das organizações sindicais de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de carácter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos a natureza e finalidade das associações”. (Lei 19.770: artigo I, parágrafo 6. Apud DIAS, 1985, p.33)

O exemplo do sindicato é a forma mais clara de evidenciar, como o Estado corporativo autoritário de Oliveira Vianna, não carregava o ideário coletivo, mas mascarava a contradição das lutas sociais pela desmobilização. A figura carismática de Getúlio e a base social de apoio era a identificação ideológica dos autores de cunho autoritário. Encaminhar o Brasil para a modernidade de forma a conservar as estruturas sociais. A conciliação de capital e trabalho no Leste e o olhar para Oeste para um possível despontamento de novas formas de acumulação da classe defendida por Vianna.

Considerações Finais

Apesar do pensamento geográfico de Oliveira Vianna parecer a primeira vista fora do trajeto do Estado autoritário, suas ideias acerca do espaço brasileiro serviu para justificar a concentração de terras nas mãos dos ricos proprietários. É difícil precisar até onde se estende a influência de suas ideias ao longo da história brasileira, mas a “modernização conservadora” começa com Oliveira Vianna e Cia. Conceber os espaços vazios aos grandes proprietários para maximizar o lucro, justifica em muito a ocupação da região centro-oeste por grandes latifundiários. A ideia de espaço improdutivo, que devem ser incorporados ao uso do capital é apresentada até hoje. Grande exemplo disto é a expansão da fronteira agrícola.

Um país com grande extensão como defendido por Vianna, e possuir a grande concentração de terras que possui, também serve como justificativa de que a expansão do espaço geográfico brasileiro se deu em decorrência da expansão do capital. O social sempre fora deixado de lado, como atributo do lugar. A atual desigualdade social, não é fruto de um processo recente, cabe cada vez mais o retorno ao passado para desvelar a complexa produção histórica e social, conscientemente orientada, do espaço.

Para a compreensão desta produção teleologicamente posta, torna-se imprescindível captar os discursos acerca do espaço, sendo eles ativos na transformação deles. Para se entender as formas espaciais é necessário buscar na história e mais ainda nos sujeitos pertencentes aquela realidade toda a forma de consciência do espaço, torna-se importante o entendimento do discurso que permeia dada realidade, pois a construção da materialidade do espaço se dá a partir das construções teóricas, das “representações” dessa materialidade.

Oliveira Vianna, por de trás das cortinas do Estado, da atribuição do interesse universal, que não permitiu o desenvolvimento das liberdades políticas, trabalhou em um duplo sentido. Por um lado, como homem do governo para o reordenamento do nível superestrutural. Sua atenção se volta para a conciliação da relação capital e trabalho. Com vistas para o ordenamento social e desmobilização. Por outro lado, suas ideias, passam longe deste caráter e estampam outro Brasil, o espaço selvagem, semi-feudal com o qual se tem o dever civilizador de doma-lo. O interior,

ou nas suas palavras, a hinterlândia era vista como uma preparação da produção do espaço, que claramente viria a servir o grande capital. A defesa do Latifúndio como forma de apropriação pode ser tomado como um processo teleológico de causalidade (causa e efeito) para a constituição destes grandes espaços pela “hinterlândia”.

Referências

- ANSELMO, R. de C. M. de S. Oliveira Vianna e a Unidade – Identidade do Espaço Brasileiro. 1995. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1995.
- BEHELLI, R. S. Metamorfoses na Interpretação do Brasil: Tensões no Paradigma Racial (Sílvia Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.
- BRESCIANI, M. S. M. O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 2ª edição revista, São Paulo: editora UNESP, 2007.
- DAVIDOFF, C. H. A ideologia da Modernização em Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. Perspectivas: São Paulo, 1982.
- DEAN, W. A Industrialização de São Paulo: (1880-1945). Tradução: Octavio Mendes Cajado. 3ª edição. São Paulo: Editora Difel, 1991.
- DIAS, M. de F. S. Sindicalismo e Estado Corporativista: o caso do sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Blumenau – 1941-1950. Dissertação (Mestrado). Florianópolis, 1985.
- FAUSTO, B. Trabalho Urbano e Conflito Social. 4ª edição. São Paulo: Editora Difel, 1986.
- FAUSTO, B. O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- GOLDMANN, L. Epistemologia e Filosofia Política. Tradução: Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Editora Presença, 1984.
- GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.
- LESSA, S. Para compreender a Ontologia de Lukács. Instituto Lukács, São Paulo, 2015.
- LUKÁCS, G. História e Consciência de Classe. Martins Fontes, São Paulo, 2003
- LUKÁCS, G. Para uma Ontologia do ser Social II. Tradução: Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fontes. 1ª ed. Editora Boitempo, São Paulo, 2013.
- MACHADO, L. O. As ideias no lugar: O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. Terra Brasilis, 2000. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/298>> Acesso em: 10 nov. 2016.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. A Terra com Invenção – o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- MARTINS, F. M. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e político. Pro-posições, Campinas, v.22, n.3 (66), p.131-148, set/dez. 2011.
- MARX, K; ENGELS, F. A ideologia Alemã: primeiro capítulo. E-book.

- MARX, K. O Capital: Livro I. Tradução: Rubens Enderle. Boitempo editorial (e-book).
- MENDONÇA, S. R. de. Sociedade Civil em Gramsci: Venturas e desventuras de um conceito. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/001.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2016
- MICELI, S. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: Ed. Difel, 1979. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- LOWY, M. Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORAES, A.C.R. Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil. Editora Hucitec, São Paulo, 1988.
- MOREIRA, R. Pensar e Ser em Geografia: Ensaio de História, Epistemologia e Ontologia do Espaço Geográfico. Editora Contexto, São Paulo, 2015.
- ODALIA, N. As Formas do Mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. Editora Unesp, São Paulo, 1997.
- OLIVEIRA, L. L. Estado Novo e a Conquista de Espaços Territoriais e Simbólicos. Política & Sociedade, Florianópolis, n.12, Abril 2008
- RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTIAGO, J. P. O Projeto Conservador na República Velha e a Geografia como Ideologia do Estado. [2005]. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/1c.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2017.
- SILVA, M. C. Da Senzala Aos Mocambos: A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. TCC. Departamento de Economia e Relações Internacionais: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- VIANNA, F. J. O. Populações Meridionais do Brasil V1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- VIANNA, F. J. O. Problemas de Organização e Problemas de Direção: o povo e o governo. Rio de Janeiro, Record, 1974.
- VIANNA, O. Instituições Políticas Brasileiras. V1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.
- VIANNA, O. Instituições Políticas Brasileiras. V2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.
- VIEIRA, E. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: (Oliveira Vianna & Companhia). 3ª edição, São Paulo. editora: UNESP, 2010.

Bibliografia Consultada

ARRUDA, H. M. de; MENDONÇA, C. V. C. de. Oliveira Vianna: Ideologia Social Autoritária. Revista Ágora, Vitória, n.3, p.1-21, 2006.

CODATO, A. N; GUANDALINI JÚNIOR, G. Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.32, p.145-164, 2003.

HANNA, F. T. V. Caio Prado Jr e Oliveira Vianna: Interpretações do Brasil e Projetos Políticos para a Modernização Brasileira. AKRÓPOLIS, Umuarama, v.11, n.1, Jan/Mar. 2003.

MORAES, A. C. R. Notas sobre a Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, p.166-176, 1991.

SACARDO, V. A. O Integralismo Pliniano: Autoritarismo e Ordem na Defesa da Nação. 2011. Tese (doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

